

## ATA Nº 19

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de **dois mil e vinte**, pelas 09: 15 minutos, teve lugar, no **Auditório do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** \_\_\_\_\_

<b>I – Período de “Intervenção do Público”</b>	
<b>I – Período de “Antes da Ordem do Dia”</b>	
<b>II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:</b>	
<b>1º -</b>	<b>Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal</b>
<b>2º</b>	<b>Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021</b>
<b>3º -</b>	<b>Regime de incentivos para 2021</b>
<b>4.º</b>	<b>Alteração da tabela de Taxas e Licenças</b>
<b>5º -</b>	<b>Descentralização de Competências – Não-aceitação para 2021 – Ação Social e Saúde;</b>
<b>6º -</b>	<b>Contrato de Comodato entre o Município de Valença e a Junta de Freguesia de Fontoura</b>
<b>7º-</b>	<b>Regulamento do Centro Coordenador de Transportes</b>

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Avelino António Oliveira Marinho, Vítor Manuel Costa Oliveira, Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez e Manuel António Soares de Brito foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros, Fernando Vidal Lourenço, Ana Cláudia Gomes Moreira, António José Gomes de Sousa e Manuel José Brito Soares. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: \_\_\_\_\_

Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Elisabete Frade Lopes Viana, Inês Rita da Silva Ferreira, Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Vasco Rodrigo Marques Severino; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares Sanches; Fernando Vidal Lourenço; Isabel Granjo Vaz; Ana Cláudia Gomes Moreira; Óscar Gabriel

Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes Amorim; José António Lopes Nogueira; António José Gomes de Sousa; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Orlando Vasco da Cunha; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Rui Miguel Araújo Ferreira; Manuel José Brito Soares; Francisco José Rodrigues Romeu; António Joaquim Dias; João Batista Alpoim; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. \_\_\_\_\_

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Rodrigues Lopes** e os **Vereadores**, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues; Liliana Mateus Fernandes Cerqueira e Lúcia Augusta Lopes Pereira. \_\_\_\_\_

Depois de estarem todos devidamente acomodados o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a sessão da Assembleia Municipal cumpre todas as regras emanadas pela DGS, pelo que alertou para o uso obrigatório da máscara durante toda a sessão, desinfeção das mãos, um único sentido de circulação no interior do auditório, assentos designados sem possibilidade de qualquer troca, etc. \_\_\_\_\_

Seguidamente, mencionou que por decisão da Comissão Permanente os pontos 4º, 5º, 6º e 7º irão ser objeto de discussão conjunta e votação separada. \_\_\_\_\_

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções. \_\_\_\_\_

Assumiram funções para 1º e 2º secretário, os Membros Srs. Paulo Esteves e Elisabete Viana, respetivamente. \_\_\_\_\_

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se verificou intervenção do público.

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 18/09/2020 e 16/12/2020, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que o projeto das **atas n.ºs 17 e 18** foi objeto de recolha de sugestões/correções e procedeu à abertura de discussão e não tendo surgido intervenções, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I da

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata n.º 17**, referente à sessão ordinária realizada, no dia 18 de setembro de dois mil e vinte num universo de 27 **votantes**. Os membros Vasco Severino e Luís Amorim, nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Dec- Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes nessa mesma sessão. Passando, de seguida, à votação da ata n.º 18, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata n.º 18**, referente à sessão extraordinária realizada no dia 13 de outubro findo, num universo de 27 **votantes**. Os membros Inês Ferreira, Fernando Vidal, Manuel Soares e António Sousa, nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Dec- Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes nessa mesma sessão. \_\_\_\_\_

Seguidamente foi aberto um período para apresentação de propostas e moções. O Presidente da Mesa informou que deram entrada, na mesa, duas moções, duas propostas e um voto de pesar. Assim, o PSD apresentou uma moção pela verdade em relação aos dados da COVID-19, a CDU apresentou duas moções, uma pelo suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade e outra relacionada com a criação de uma plataforma de apoio ao comércio local. O Presidente da mesa apresentou um voto de pesar pelo falecimento da mãe da 2.ª Secretária, e sogra, do Presidente da mesa, falecida no passado dia 2 de novembro, propondo que se fizesse um minuto de silêncio para cumprirmos este voto de pesar. \_

Tendo-se procedido ao minuto de silêncio, o **Membro Cláudia Labrujó**, após as saudações protocolares, passou a apresentar a moção da CDU por um suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade “Data de 1998 a aprovação da legislação que regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade. Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuição em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública. Aqui se incluindo os serviços e organismos da Administração Local cuja regulamentação nunca foi efetuada em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008 que revogou expressamente o Decreto-Lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação, fazendo com que mais de 20 anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação vezes sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República se procurou dar concretização à lei, determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como os respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos. Considerando que o Orçamento de Estado de 2021 veio finalmente assegurar a efetivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação direta, a Assembleia Municipal de Valença delibera: instar a Câmara Municipal a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir do dia 01/01/2021 reconhecendo ao conjunto de trabalhadores definidos no âmbito da lei que seja reconhecido o grau mais ele-

vado de penosidade e insalubridade; 2 – saudar os trabalhadores da autarquia pela luta que ao longo dos anos travam pela concretização deste direito.” \_\_\_\_\_

Seguidamente o **Membro Inês Ferreira**, após as saudações protocolares, passou a ler a moção do PSD, pela verdade em relação aos dados da COVID-19. “Portugal enfrenta uma crise pandémica, COVID-19, sem fim à vista cujos desenvolvimentos recentes revelam grande descoordenação e desorientação do Governo em grande parte pelo mau planeamento dos serviços de saúde para enfrentar a segunda vaga. Valença, tal como os Concelhos com maior dinamismo económico e social, não escapa a esta realidade, vivendo tempos difíceis com as restrições impostas a que tem sido sujeita, apesar de todas as medidas e apoios implementados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. O Município de Valença, cumprindo as regras estabelecidas pela Direção Geral de Saúde, entidade de saúde pública omnipresente na definição de medidas, mas ausente na ação e nos territórios, foi desde o início a principal, por vezes quase única, entidade do Estado no terreno, mesmo extravasando as suas competências a exemplo da generalidade dos Municípios portugueses. O senhor Presidente da Câmara dando voz às perplexidades dos valencianos e com base em informações a que teve acesso, bem como o levantamento realizado com as Juntas de Freguesia, tornou público no final de novembro que o número de casos ativos não correspondia à verdade. Paralelamente exigiu junto dos serviços de saúde, a ULSAM, a sua imediata correção, o que só veio a acontecer a 09 de dezembro com um passa culpas à Direção Geral de Saúde. Em consequência dos erros nos dados de casos ativos, o Governo classificou o Concelho de Valença como de risco extremamente elevado, com medidas mais gravosas que a média do país. Esta classificação abusiva e errada colocou, e coloca, em causa a imagem de segurança do Concelho, criando graves entraves às atividades empresariais com os prejuízos daí resultantes. O recolher obrigatório a que todos temos estado sujeitos teve, e ainda tem, um impacto negativo na saúde mental dos munícipes, agravando-a, uma vez que esta situação pandémica já se prolonga há nove meses. Nenhuma das entidades de saúde, nem o Governo que as tutela assumiram a responsabilidade pelo erro verificado, que entretanto corrigiram, tendo passado o nosso Município de 238 casos ativos para 54 em apenas cinco dias. Tendo em conta o afirmado, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Valença na sua reunião de 17/12/2020 delibere que a Direção Geral de Saúde assuma publicamente a responsabilidade da não atualização dos dados relativos aos casos ativos no nosso Concelho, que a atualização dos dados referentes aos casos ativos seja diária, que automaticamente sejam tornados públicos os dados referentes ao número de recuperados, que o Presidente da Câmara Municipal como responsável máximo da proteção civil do Concelho tenha acesso imediato a todos os dados. E que esta moção seja enviada para: Senhor Presidente da República, senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Senhora Ministra da Saúde e grupos parlamentares da Assembleia da República. “ \_\_\_\_\_

**Membro Cláudia Labrujó:** Passou a apresentar duas propostas: a primeira sobre criação, pela Câmara Municipal de uma plataforma informática, onde todos os comerciantes locais, que assim o entendam, possam ver os seus comércios e produtos divulgados. Com esta plataforma e com a ajuda do Município poder-se-ia alcançar dois objetivos: 1º objetivo: divulgação do comércio local a nível nacional e internacional, através da divulgação da mesma por anúncios em rádios, televisores, revistas, mostrando que se pode adquirir produtos na nossa cidade e que chegarão às casas das pessoas; 2 objetivo: alavancar a eco-

nomia local não a deixando morrer e mantendo ativos os negócios locais. Propôs a criação, por parte do Município, de equipas de entregas de compras. Quanto à segunda proposta disse que tomando em consideração a terrível fase pela qual todo o mundo está a passar com esta inesperada pandemia COVID-19, que assolou famílias e negócios, pondo em causa todos os convívios, nomeadamente festas familiares e restrições na hora do adeus aos entes queridos. Pelo exposto, pressupõem que, neste ano de 2020, a Câmara Municipal não vá realizar o habitual jantar natalício, com todos os seus colaboradores. Ora, com o intuito de mostrar aos colaboradores que, apesar de não haver a dita confraternização, a mesma pode ser revertida como forma de ajudar o comércio local. Assim, a CDU propôs, à semelhança do que fizeram outros Municípios do Alto Minho, oferecer a cada colaborador do Município de Valença um vale de compras, por exemplo de 40,00€ (quarenta euros) para ser utilizado no comércio tradicional do Concelho de Valença por forma a estimular as vendas dos mesmos. \_\_\_\_\_

O **Presidente da Mesa**, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista, propôs a interrupção da sessão de hoje por 10 minutos para análise das propostas e das moções para depois se passar à sua discussão e votação. A Sessão foi interrompida às 09h57. \_\_\_\_\_

Retomada a sessão às 10h19, inscreveram-se para intervir os membros Cláudia Labrujó, Óscar Silva e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

**Membro Cláudia Labrujó:** Começou por dizer que, em relação à moção apresentada pelo PSD, a ser verdade aquilo que efetivamente se disse, a questão é grave. Porém, disse que, sobre o assunto se ia abster porque entende que em política também tem que haver ética. E porque o Presidente da Câmara tem que, obrigatoriamente, tratar destas coisas, mas não da maneira como o fez, através dos meios de Comunicação Social e colocando em causa outra entidade pública. O assunto deveria ter sido resolvido em gabinete, de forma mais coerente, mais firme, atempadamente, até porque o Presidente da Câmara, nessa qualidade, é também, a autoridade máxima da proteção civil do concelho. Assim, não querendo descredibilizar, ou ir contra essa moção, vai abster-se por não ser verdadeira conhecedora da situação, portanto, não se vai pronunciar. \_\_\_\_\_

**Membro Óscar Silva:** Após as saudações protocolares, começou por dizer que em relação às moções apresentadas pela CDU, vão votar favoravelmente pois dizem respeito a assuntos pertinentes. Alguns, até já tinha previsto abordarem na sua intervenção no Período Antes da Ordem do Dia. Portanto, votarão, favoravelmente as três moções da CDU. Relativamente à moção apresentada pelo Partido Social Democrata, irão abster-se por várias razões. Compreendem que, efetivamente, terá ocorrido um erro no que se refere à contabilização ou a manutenção de alguns casos que, possivelmente, já não deveriam ter sido contabilizados como casos de infeção. Esse erro terá que ser corrigido e eventualmente, ter-se-ão que apurar responsabilidades, no entanto, esta moção do Partido Social Democrata permite fazer uma leitura política, porque o que está implícito na moção é, basicamente, responsabilizar o Governo e as entidades que estão a trabalhar mais diretamente com a questão da COVID-19, pela estagnação económica do Concelho, fruto das medidas que foram aplicadas devido ao número de casos que no nosso Concelho. Mas, convém aqui frisar, e é por isso que se vão abster, que mesmo com o erro que foi cometido, em termos da

contabilização, se não houvesse esse erro, mesmo assim, existem segundo sabe, no concelho, atualmente, 54 casos (cinquenta e quatro) e, portanto, está-se no risco elevado de transmissão do vírus. No mapa epidemiológico, Valença, ainda está, em laranja. E, portanto, aquilo que são as restrições aplicadas para os Concelhos em riscos extremamente elevado ou em risco elevado são as mesmas, portanto, provavelmente teríamos, as mesmas restrições. Em termos de implicações práticas que pudessem ter resultado do referido “erro” para a situação económica do Concelho não são muitas. Assim, irão abster-se, porque se, efetivamente, há um erro, é preciso apurar e ver porque é que sucedeu e se calhar até seria pertinente o senhor Presidente da Câmara, uma vez que veio para a imprensa falar desta questão, transmitir a esta Assembleia o que sabe. \_\_\_\_\_

**Membro Inês Ferreira:** Após as saudações protocolares, deu início à sua intervenção começando pelas propostas apresentadas pela CDU. Em relação à proposta vales de oferta, o Município, devido às circunstâncias e sabendo que não poderia realizar o encontro de Natal com os funcionários, decidiu fazer uma oferta aos seus colaboradores e obviamente que essa oferta foi adquirida no comércio local. Em relação à proposta de divulgação do comércio local e da criação de equipas de entregas de compras ao domicílio, disse que a Câmara desde o mês de março, que tem a preocupação de junto da população mais afastada e mais isolada, levar bens e produtos, inclusive produtos alimentares. Há uma percentagem muito elevada de comerciantes que tem já plataformas, nomeadamente no Facebook, relativamente aos seus produtos. Mesmo assim, vão aprovar esta proposta. Relativamente ao suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade, isso remete para o orçamento de 2021 e, até, ao momento, não se teve acesso ao mesmo. Não se sabe como estão quantificados no orçamento os montantes relativos e esse suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade. Assim, propôs que a CDU retirasse, nesta sessão, a proposta e, em fevereiro, quando já se conhecesse o orçamento geral do Estado e já se soubesse qual o valor das transferências para o Município e mais, o custo que iria a Câmara Municipal suportar, trariam de novo esta moção, até como uma recomendação, porque nessa altura teriam mais dados para analisar a questão. Quanto à proposta do PSD, disse que, ao contrário do que disse o membro Cláudia Labrujó, que entendeu que o Presidente da Câmara não foi aticamente correto, ao recorrer à Comunicação Social para dizer que os dados de Valença estavam errados, esclareceu que, não foi o único Presidente de Câmara deste país a fazer isto. Já ouviu muitos presidentes de Câmara a dizer o mesmo. Todos eles têm consciência que as coisas não estão bem. E têm que o dizer. Agradece ao Presidente da Câmara ter dito, ter tido a frontalidade e a coragem de enfrentar o Poder Central, de enfrentar a Direção-Geral da Saúde. Porque, acha que estamos, diariamente, a ser enganados com os números que são transmitidos pela televisão. Querem transparência do Presidente da Câmara mas a Direção-Geral da Saúde não tem sido transparente. Desde o início da pandemia que tem mentido. Primeiro dizia que o vírus não chegava a Portugal, depois que as máscaras eram uma falsa segurança. Quanto à vacina da gripe, viu um videozinho da senhora Ministra da Saúde a dizer que as vacinas não chegaram. E porque é que não chegaram? Porque, este ano, a procura foi maior. Não é correto que se acuse o Presidente da Câmara de ter atuado, pelo contrário, devia agradecer-se pela coragem que teve. Porque se ele não tem dito o que disse, continuaríamos a ter duzentos e tal casos e andávamos todos em pânico. É claro que temos que ter consciência que ainda temos casos positivos, mas não tantos quantos diziam. \_\_\_\_\_

**Membro Cláudia Labrujó:** Para, em relação à proposta feita de retirar a moção e voltar a trazê-la em fevereiro de 2021, disse que não a vai retirar. \_\_\_\_\_

**Presidente da Assembleia Municipal:** Num universo de 30 (trinta) elementos membros desta Assembleia a moção da CDU referente ao suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade obteve a seguinte votação: 19 (dezanove) votos contra, e 1(uma), 10 (dez) a favor. Rejeitada por 19 (dezanove) votos. \_\_\_\_\_

Moção apresentada pelo PSD, num universo de 30 (trinta) membros: 0 (zero) votos contra, 11 (onze) abstenções. Aprovado por 19 (dezanove) votos. \_\_\_\_\_

Proposta da CDU para a criação de uma plataforma informática para o comércio local, num universo de 30 (trinta) membros: 1 (um) voto contra. Aprovado por 29 (vinte e nove) votos. Proposta da CDU para a distribuição de vales pelos funcionários da Câmara Municipal: Num universo de 30 (trinta) membros: 19 (dezanove) contra; 1 (uma) abstenção e 10 (dez) a favor. Rejeitada por 19 (dezanove) votos. \_\_\_\_\_

## INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às interpelações ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Luís Amorim, Álvaro Gomes, Cláudia Moreira, Isabel Granjo, Paula Natal, Paulo Esteves, Inês Ferreira, Francisco Romeu.

**Membro Cláudia Labrujó:** Começou por felicitar o Município pela excelente e simples decoração natalícia, mas bonita e com muito gosto. Mais um vez felicitar pelo lindo presépio exposto junto da rotunda da Trapicheira que já se tornou um ícone desta cidade. Agradecer também ao Senhor Vereador e ao senhor Presidente de Câmara a lembrança distribuída, os fantásticos calendários que nos transmitem e nos dão a conhecer a história, quer de Valença, quer de Tui.

Alertou que em frente às piscinas municipais, escola secundária e primária de Valença, ao anoitecer não existem luzes públicas acesas no local, o que é grave no que concerne à segurança, quer dos alunos, quer dos adultos que ali vão buscar os seus filhos.

Em relação à situação da COVID-19, perguntou a razão de nos serviços municipais não terem sido implementados horários faseados. E por horários faseados, referiu, que não é uns entrarem às 08h30 e outros entrarem às 09h00, mas sim, uns entrarem às 08h30 e saírem às 13h00 e outros entrarem às 13h30 e saírem às 17h30 ou 18h00.

Perguntou a razão de terem sido suspensas as feiras, atendendo a que existe um plano de contingência. A própria, teve oportunidade de conversar, sobre o assunto, com o senhor comandante do posto territorial de Valença da GNR sobre a situação, portanto, sabe do que está a falar. Esteve na feira e verificou que não estava ninguém a medir a temperatura, nem à entrada, nem à saída. O espaço não estava delineado. Entrava-se por qualquer sítio.

Perguntou ainda qual o estado de saúde do casal que está alojado no albergue de peregrinos e qual a razão de estar lá.

Perguntou, de seguida, a razão de a ponte da ciclovia, Junto à Ponte Seca, ainda não se encontrar no local. Quis saber se a estrutura da ponte já estava pronta, qual a empresa contratada para a construir, se a empreitada foi a concurso ou por ajuste direto e quanto custou. Também perguntou qual o preço da empreitada. Referiu, que ouviu dizer que a obra foi embargada pela CP, se assim sucedeu, perguntou se, a Câmara, antes de fazer o projeto e as intervenções obteve consentimento e/ou negociou com a CP. Sabe, ainda, que o terreno do Sr. José António Crespo Fontes não se encontra limpo e por isso existem ninhos constantes de vespas asiáticas e, assim, perguntou que medida tomou o senhor Presidente, enquanto elemento da Proteção Civil, para que a limpeza do mesmo fosse efetuada.

**Membro Óscar Silva:** Quanto à gestão da pandemia, disse não responsabilizar o senhor Presidente da Câmara pelos números que tivemos nos últimos meses, porque, obviamente, compreendo as dificuldades que estão inerentes à gestão de uma pandemia desta natureza, e portanto não vai fazer aquilo que o PSD pretendeu fazer aqui hoje, tentar fazer aproveitamento político da pandemia, atirando responsabilidades para o Governo devido ao erro no número de casos do concelho. Não existem receitas infalíveis para fazer face a uma pandemia desta natureza. Mas, pode responsabilizar o senhor Presidente quanto à comunicação, ao discurso como representante dos valencianos, porque numa situação destas aquilo que se pede é que haja serenidade, rigor e coerência. E coerência, a verdade é que não tem havido muita. Porque tem havido uma política, em que ora defende o recolher obrigatório, ora defende que se devem abrir as fronteiras. Exemplificando, disse que, por exemplo, na primeira vaga, a meados do ano, o senhor Presidente insurgia-se contra o encerramento das fronteiras. Depois, já na segunda vaga, na última Assembleia Municipal fez uma intervenção em que apelou à constituição de um gabinete de crise, precisamente para antecipar as respostas que seriam necessárias caso tivéssemos um surto, como acabámos por vir a ter. E, nessa altura o senhor Presidente da Câmara disse que não era necessário constituir esse gabinete, porque estávamos muito bem. Depois, quando o número de casos começa a aumentar o senhor Presidente reúne o gabinete de crise. Nesse gabinete de crise, uma das medidas que apresentou foi o reforço da fiscalização por parte das autoridades ao comércio, como que atribuindo ao comércio a responsabilidade pelas duas centenas de casos que o Concelho chegou a ter. Há duas ou três semanas atrás, o senhor Presidente deu uma entrevista, a uma rádio espanhola, em que disse que estávamos muito mal e até defendeu o recolher obrigatório. Portanto foi dar uma imagem a Espanha de *“não venham para Valença, porque estamos num cenário muito complicado.”* Mas mais paradoxal é o facto de dois ou três dias antes de reunir o gabinete de crise o senhor Presidente esteve na manifestação, com os comerciantes, na rotunda da Trapicheira, supostamente a defender os interesses dos comerciantes, quando passado uns dias, pediu reforço da fiscalização ao comércio. Passados uns dias da reunião do gabinete de crise, o senhor Presidente começou com este discurso de colocar em causa os números que eram dados pela Direção-Geral da Saúde e a colocar em causa o próprio recolher obrigatório. Posto isto, perguntou que medidas de incentivo, de apoio, o Município tem previsto para o comércio tradicional, já que vemos inúmeros Municípios vizinhos a desenvolver campanhas públicas nas redes sociais, na imprensa, de incentivo ao consumo no comércio tradicional. A criação da tal plataforma *online* que a CDU aqui defendeu e que também era sua intenção



abordar, seria um estímulo ao nosso comércio.

---

**Membro Luís Amorim:** Após as saudações protocolares perguntou para quando a conclusão das obras na Avenida de Cristelo e, em relação, à obra que está a decorrer nos Esquecidos, na rotunda criada, quem desce a Avenida Doutor Aníbal Rebordão e vira à direita há uma certa dificuldade pelo estreitamento da via e faz com que os carros batam no separador. Em contrapartida, o passeio em frente à Capela do Senhor dos Esquecidos está muito amplo e galgou em parte a via de circulação. Por isso, sugeriu que, enquanto a obra está a decorrer se retifiquem estes pormenores. \_\_\_\_\_

**Membro Álvaro Gomes:** Após as saudações protocolares, começou por pedir desculpa, por em momento anterior, ter interrompido a Assembleia pelo facto de os membros estarem a fazer as intervenções, no púlpito, sem máscara. O método de gravação da sessão tem de se adaptar às pessoas e não as pessoas à gravação. Por outro lado, está mais do que falado, num ambiente que é fechado, e é o caso deste, por mais que tenham as portas abertas, são abertas para o interior, não há arejamento e algum vírus que cá ande, fica cá. Portanto, quem tira a máscara durante algum tempo sujeita-se, quer a apanhá-lo, quer a transmiti-lo mais facilmente.

Quanto à intervenção propriamente dita, disse que, apesar de a moção do PSD já ter sido votada há algumas coisas com as quais concorda e outras com as quais pode ou não concordar. Resumidamente, quis que ficasse registado o seguinte: o comércio está parado e está parado e estará até esta pandemia acabar. E não se sabe quando. As pessoas estão muito confiadas na vacina, mas também têm que ter consciência a vacina vai valer o que vale. Ainda que de momento toda a gente diga que é muito bom e que a vacina vem resolver tudo, não vem.

Finalmente, diria que a falha que pode estar a haver, embora não a atribua a ninguém, até porque está de acordo com a maior parte das atitudes que o senhor Presidente da Câmara tem tomado, o poder de fazer a vigilância dos doentes ter sido transferido para a GNR é uma arma de dois gumes. Acredita que a GNR não tem efetivos suficientes para fazer a vigilância de todos. Talvez essa competência devesse passar, para o Presidente da Proteção Civil e para a GNR.

Quanto ao que foi dito anteriormente em relação à rotunda da Avenida Doutor Aníbal Rebordão, efetivamente, pensa que de futuro vai trazer problemas, nomeadamente para quem desce a avenida. Referindo-se, de seguida, aos contentores de lixo de obras, disse não saber quantos existem no Município, ou, até, se existe algum. Mas, a verdade é que fazem falta, fazem. Quem quer fazer uma obra, não tem onde deitar o entulho. É evidente que o que tem de haver é vigilância para quem vai lá deitar lixo comum e ser pesadamente multado. Deixou esse pedido para se ponderar sobre a colocação de um ou dois contentores de lixo de obras. \_\_\_\_\_

**Membro Cláudia Moreira:** Após as saudações protocolares, disse que, em relação à questão colocada na Assembleia do passado dia 18/09/2020, não tendo sido respondida naquela data, reitera-se então o já dito. É certo que vivemos um momento atípico e que a liberdade de reunião foi quartada como nunca em

Democracia, no entanto é certo também que se desenvolveram vários mecanismos operacionais com recursos às novas tecnologias que têm permitido contornar essa impossibilidade de associação física. É igualmente indesmentível que os jovens são um dos grupos etários mais afetados pelos efeitos da pandemia, nomeadamente no que respeita ao agravamento da situação de precariedade e dos problemas habitacionais. Por todo o país as mais diversas entidades e coletividades têm continuado a trabalhar numa tentativa incessante de mitigar os efeitos desta pandemia nos mais jovens, adaptando-se às necessidades atuais e utilizando as novas tecnologias como uma das suas principais armas. Todavia, em Valença continua o Concelho Municipal da Juventude, órgão consultivo sobre matérias relacionadas com as políticas jovens concelhias, por reunir. Na Assembleia de 27/11/2019 onde se discutiu e aprovou – diga-se com 10 anos de atraso – o Regulamento do Concelho Municipal da Juventude, recorda-se de ter questionado o senhor Presidente de Câmara quanto à operacionalização do mesmo e de ter inclusivamente salientado que não bastava que se aprovasse a sua criação e o seu Regulamento, seria necessário desde logo levar a cabo os esforços necessários ao seu imediato funcionamento. Recordamos que o Regulamento do Concelho Municipal da Juventude prevê que o plenário do mesmo reúna ordinariamente quatro vezes por ano, sendo duas das reuniões destinadas à apreciação e emissão de parecer em relação ao plano anual de atividades e ao orçamento do Município e outra destinada à apreciação do relatório de atividades e contas do Município. Pois bem, hoje, mais de um ano transcorrido desde aquela advertência da aprovação do Regulamento e nunca este órgão tendo reunido, há um claro incumprimento das várias disposições do Regulamento. Sabendo que ainda não foram devidamente notificadas as entidades de direito e assento no Concelho Municipal da Juventude, perguntou ao senhor Presidente de Câmara se pretende tardar tanto na sua operacionalização, como tardou na discussão e aprovação do seu Regulamento. Muito obrigada. \_\_\_\_\_

**Membro Isabel Granjo:** Após as saudações protocolares, referiu que de acordo com as normas da DGS e no sentido de se vacinar contra a Gripe sazonal o maior número de utentes com mais de 65 anos, a Câmara Municipal de Valença e as respetivas Juntas de Freguesia em parceria com o Centro de Saúde levaram a bom termo e com muito sucesso o projeto da descentralização da vacinação contra a Gripe sazonal neste ano atípico de 2020/2021. Enquanto enfermeira especialista no Centro de Saúde de Valença, esteve diretamente envolvida no processo, colocando-o em prática durante os meses de outubro e novembro. Desse modo, foi possível vacinar os valencianos com idades superior a 65 anos na Juntas de Freguesia onde residem, evitando o risco implícito do contrair o vírus COVID-19 na deslocação ao Centro de Saúde, protegendo assim, não só apenas o idoso, mas também todo o agregado familiar e comunidade em que está inserido. O sucesso deste projeto só foi possível, graças à fantástica cooperação da Câmara Municipal de Valença, Juntas de Freguesia e Centro de Saúde. Isto é um dos exemplos que só será possível continuar a mitigar as grandes consequências da pandemia se todos continuarmos a trabalhar em conjunto.

---

**Membro Paula Natal:** Após as saudações protocolares a após desejar, antecipadamente, umas boas festas, tranquilas, resguardadas e, especialmente, com muita saúde. Continuou dizendo que Valença está gravemente afetada a vários níveis, mas que, os presentes, enquanto membros desta Assembleia, também podem fazer algo, por pouco que seja, porque foram eleitos aqui em Valença. Também têm as suas responsabilidades. Têm sido tristes e muito dolorosos estes últimos meses para todos. Todos foram afetados,

direta ou indiretamente, por esta tão estranha pandemia. Até porque todos têm, com certeza um familiar ou um amigo que de alguma forma ficou afetado a qualquer nível. Uns foram afetados pelo próprio vírus diretamente no corpo, outros foram afetados grandemente nos seus negócios, primeiro com inúmeras restrições, depois com a falta de clientes e tudo o que daí deriva. Outros ficaram mesmo sem os seus empregos. Tudo mudou. Todos ficaram sem a liberdade que, talvez até aqui, não se lhe dava o devido valor.

Apelou, então para que, quem puder e assim o entender, faça os possíveis para fazer as compras de Natal no comércio local de Valença, dentro da fortaleza, fora da fortaleza, nas aldeias, aos artesãos. A Câmara não tem capacidade para fazer tudo. E já muito, mas muito, tem feito. Há muito comércio em Valença que nos pode servir muito melhor e com muito melhor qualidade, com muito mais segurança do que nos grandes centros comerciais com filas intermináveis. Aliás, Valença é conhecida por esse mundo fora por ter um enorme centro comercial a céu aberto. Em Valença há muita gente a passar mal. Vesse isso todos os dias. No comércio local, as lojas, os restaurantes e os cafés não têm clientes. Alguns, muito poucos, lá tentam a sua sorte todos os dias e abrem as suas portas. Outros optam por abrir só alguns dias da semana. Outros optaram já por fechar definitivamente. É insuportável tanta crise, tanto desgaste psicológico e tanta incerteza. Finalizando, deixou o apelo para optarem por Valença. \_\_\_\_\_

**Membro Paulo Esteves:** Após as saudações protocolares, começou por dizer que gostaria de iniciar a sua intervenção referindo-se à moção apresentada pelo PSD, dando os parabéns ao senhor Presidente de Câmara e dizendo que se estivesse no seu lugar teria feito exatamente a mesma coisa. E isto porque tem a certeza absoluta que antes de recorrer à comunicação social para denunciar o problema, terá tentado por diversos meios que a verdade fosse reposta anteriormente. É uma irresponsabilidade política e uma cobardia política, uma situação desta gravidade, com os prejuízos reputacionais que foram causados ao Concelho de Valença, por, alegadamente, ser o concelho com mais casos de COVID ativos em percentagem no distrito de Viana do Castelo. As pessoas sabendo que o concelho está infestado de casos de COVID, esta classificado como sendo de risco extremo de contágio, não vêm fazer compras. Esta situação causou um dano reputacional enorme a Valença, mas ninguém da DGS se justificou ou desculpou. A DGS atualiza os dados diariamente. E a verdade nunca foi reposta. Esse alegado erro, perdurou durante dias. E, desde que houve a intervenção do senhor Presidente de Câmara o número reduziu. Passou para uma quarta parte do número. A forma como o concelho foi classificado, em função destes números, pôs em causa as liberdades individuais dos valencianos. Restringiu a liberdade de movimentos. E o que a DGS dizia e publicitou e foi amplificado por toda a Comunicação Social foi uma mentira.

De seguida, observou que não obstante existir obra bem-feita pelo concelho, chamou a atenção para locais de Valença que estão insuficientemente iluminados, como, por exemplo ao pé da rotunda da Rua Francisco Sá Carneiro, ao lado do Centro Coordenador de Transportes, onde estão os recintos de jogos, entre outras. E acrescentou, que essas zonas de Valença mal iluminadas estão a ser utilizadas, por conhecimento oficioso, para tráfico de droga. Terminou, deixando como sugestão que se reduza o tempo de iluminação noturna e que se aumente a área iluminada.

**Membro Inês Ferreira:** Começo por dizer que ninguém, neste momento, gostaria de no lugar da Senhora Ministra da Saúde, nem da Senhora Diretora-geral da Saúde, nem na pele dos vários presidentes de Câmara, quem tem de decidir nesta matéria. No entanto, se fosse o Primeiro-Ministro já teria pedido a substituição das senhoras, devido à exaustão. Em maio, o Dr. António Costa, Primeiro-Ministro deste país, tomou o pequeno-almoço com o senhor Presidente da Assembleia da República num restaurante em Lisboa e afirmou aos microfones dos meios de Comunicação Social que os restaurantes eram lugares seguros, porque os empresários tinham tomado todas as medidas impostas pela Direção-Geral da Saúde. Em novembro o Dr. António Costa, afirma nos meios de Comunicação Social, que os restaurantes são um espaço propício à contaminação. Questiona onde é que estava a coerência. Acusam o senhor Presidente da Câmara de falta de coerência e o Senhor Primeiro-Ministro foi coerente, pergunta. Há pouco tempo o Senhor Primeiro-Ministro disse que o Natal só seria sem restrições, só se houvesse um milagre. Porém, vamos ter uma exceção fantástica entre 23 e 26 de dezembro e depois entre o 31 de dezembro e os primeiros dias de Janeiro. Só pode concluir que o Senhor Primeiro-Ministro acredita em milagres. O ziguezague da informação, a nível central é desconcertante, confunde, descredibiliza quem manda. Os médicos dizem na televisão a todo o tempo “não há voz de comando”. O rastreio não está a poder ser feito porque faltam recursos humanos. Quanto a esta segunda vaga, não tiveram o verão todo para planear e se organizar. Os centros de saúde não têm recursos, nem para telefonar para as pessoas para fazer o acompanhamento nem para atender nas chamadas teleconsultas. Relativamente aos horários desfasados, nas escolas também tinha sido imposto horário desfasado. Uns meninos entravam às 08h00, outros às 08h30, mas acontece, que isso só é possível em Lisboa e no Porto, que têm metros e autocarros a toda a hora para se poderem deslocar. Em Concelhos como o de Valença e em tantos outros neste território, não há hipótese de se fazer isto. \_\_\_\_\_

**Membro Francisco Romeu:** Após as saudações protocolares, disse querer fazer uma recomendação ao senhor Presidente da Câmara para, que este, junto da empresa do lixo lhes recomendar uma forma de tratar da recolha dos resíduos, porque em Ganfei, na sua freguesia, já aconteceu, usam e abusam dos contentores, partem-nos, atiram-nos contra os muros tendo, inclusive, já derrubado o muro de uma propriedade. Continuou perguntando se não é possível fazer a manutenção dos contentores subterrâneos e retirar alguns dos outros porque não fica nada bonito ver-se fitas em todo lado. \_\_\_\_\_

**Presidente da Câmara Municipal:** Após as saudações protocolares, passou a responder às perguntas que lhe foram colocadas. Começando pela questão colocada pelo membro Francisco Romeu disse que, embora a recolha dos resíduos não tenha começado da melhor forma, neste momento, a empresa, depois de advertida algumas vezes e apontados algumas deficiências na sua recolha, nos seus circuitos, tem vindo a colmatar essas falhas. Mas não lhe deixa de causar algum espanto como é que um contentor de plástico derruba um muro. Em relação aos contentores enterrados verificaram-se três avarias, todas elas diferentes e num deles, no existente em frente aos edifícios Lepanto e ao Atenas, não foi avaria. A GNR colocou uma fita, durante alguns dias, porque caiu lá um gato. Só que depois de retirado o animal a GNR esqueceu-se de tirar as fitas. Em relação ao contentor junto à Avenida dos Bombeiros está a ser reparado e o outro já se encontra reparado. Quanto à luz junto aos pavilhões e à piscina, os candeeiros já estão a funcionar. Os dois candeeiros em frente à escola vão ser substituídos por novos quando termine a obra da es-

cola. Relativamente aos horários adotados pelo Município, referiu que foi a solução adotada por muitos outros e que, e não é, totalmente, apologista deste horário, porque vê que, no dia-a-dia, grande parte dos funcionários continuam a ir, em grupo, tomar o seu cafezinho, em vez de o fazer individualmente.

Referindo-se, de seguida, às feiras e mercados, informou que não estão suspensas, mas mercê do risco extremamente elevado, a Lei proíbe a realização de feiras e mercados. No entanto, porque os números não correspondiam, autorizou a realização da feira e do mercado. A ponte da ciclovia, embora já esteja construída ainda não foi colocada porque se está à espera de uma última alteração e de um último parecer do IP em relação à catenária que lá foi colocada da eletrificação da Linha do Minho. Quanto à empreitada esclareceu que todas as obras do Município, são submetidas a concurso. Quanto à questão do terreno do Sr. António Crespo, informou que já se notificou para limpar o terreno e caso haja ninhos de vespas asiáticas, já estão desativados, porque agora o novo método não é retirá-los, é desativá-los. Envenenam-se ninhos e permanecem no mesmo local. As vespas asiáticas, por norma, não voltam no ano seguinte ao mesmo ninho. Constroem um novo. Portanto, caso esteja algum ninho não está ativo. A pessoa que, de momento está nas instalações do albergue do peregrino só está lá enquanto a casa está a ser desinfestada e foi uma decisão da Saúde e dos parceiros do Município de Valença.

Em resposta ao membro Óscar Silva disse que continua a defender a defender o recolher obrigatório. Se todos contribuírem, para que se consigam estabelecer metas, medidas para que cheguemos a bom porto, elas são todas bem-vindas. Do comércio local muito e muito se tem falado. Qual é o Município ou a freguesia que não defende as compras nas suas lojas. Todos nós e há muito tempo, e neste momento ainda mais, devemos defender o comércio local.

Respondendo ao membro Luís Amorim, disse que, possivelmente, na próxima segunda-feira já vai poder circular na Avenida de Cristelo. No dia de hoje foi cortado o trânsito de acesso às Portas do Sol para fazer o remate com o existente. Possivelmente amanhã será feito o encaixe com a Avenida de Espanha. A rotunda dos Esquecidos junto à Capela tem uns triângulos separadores de faixas e o piso que lá está colocado neste momento é a primeira camada, depois levará uma camada final do piso e o acabamento. O chamado piso de desgaste. Já se deslocou ao local e verificou, que realmente, um camião não consegue virar de quem vem no sentido Azenhas – Esquecidos e virar para o lado do Largo Acácio Fernandes. Portanto a situação irá ser corrigida, vão ser retirados os triângulos de separação de faixas de aproximação da rotunda e pintados para que assim possibilite a manobra de pesados na rotunda.

Em relação à sugestão do membro Álvaro Gomes que a vigilância das casas fosse feita por elementos da GNR disse que não têm efetivos. E isso viu-se aquando do confinamento do Concelho. Esta é uma situação anormal para a qual ninguém estava preparado. Em relação aos contentores de lixo de obras, imagina que se esteja a referir àqueles monstros que existiam espalhados pelas Freguesias onde as pessoas depositavam os colchões, os frigoríficos, as máquinas de lavar, etc. Não são contentores de lixo de obras, porque esses não existem. O empreiteiro que vai levantar, ou o proprietário que vai levantar uma licença de obras, automaticamente tem que apresentar a conta em como vai depositar os sobrantes da obra em aterro. Esse valor é cobrado aos clientes mas depois o que se vê é encontrarmos o lixo ou os sobrantes

das obras da construção civil depositados nos montes, nos caminhos mais escondidos do Concelho. As multas são pesadas para quem for apanhado. Aproveitou para alertar que se alguém observar alguma carrinha a depositar o que quer que seja, pelo menos identifiquem a matrícula e depois comuniquem, quer à Câmara Municipal, ou à GNR.

A vacina da gripe pelas Freguesias, realmente foi um êxito. Além das Freguesias, havia a possibilidade das pessoas, maiores de 65 anos, poderem vacinar-se na farmácia à sua escolha, porque o Município protocolou com a Associação Dignidade, o programa “Vacinação SNS Local”, pelo qual, e mediante o pagamento de 2,25€, por parte do Município, as pessoas poderiam ser vacinadas na própria farmácia onde fossem comprar a vacina.

Quanto ao Concelho Municipal da Juventude as seu tempo reunirá. A Direção da Escola Superior e a Ação Social da escola já encetaram e fizeram contratos com alojamentos locais, para ceder as suas instalações a preços mais acessíveis aos estudantes.

Referindo-se, por fim, aos números COVID, disse que os valencianos foram enganados. Não quer acreditar que tenha sido propositadamente, mas foi uma má imagem que passaram sobre Valença aos Concelhos vizinhos, ao país e ao mundo. Existem meios tecnológicos para corrigir diariamente os números. Não é admissível que na listagem do mês de dezembro da qual constava uma listagem a indicar que em Valença havia 240 (duzentos e quarenta) casos ativos, 41 (quarenta e um) deles referissem ao mês de setembro. Havia pessoas que estavam a trabalhar há três semanas e a GNR ligou a perguntar se estavam confinados. O Presidente da Câmara, torna público não só as coisas boas, mas também as más. Aliás ergeu a voz quanto a esta situação numa reunião da CIM onde estávamos representados os dez Municípios do Alto Minho e todos lhe deram razão. \_\_\_\_\_

**Membro José Nogueira:** Solicitou autorização ao Presidente da mesa para pedir um esclarecimento e dizer que quando o senhor Presidente da Câmara fala da Assembleia, deve estar esquecido que quando esta Assembleia lhe pediu que lhes falasse sobre a COVID, que indicasse números, recusou-se. Portanto, Portanto, gostava de saber o que é que a Assembleia tem a ver com isto. Se até agora a manteve na ignorância dos números. A intenção da Assembleia foi estar sempre ao lado da Câmara para prevenir coisa que o senhor Presidente da Câmara não fez. \_\_\_\_\_

**Presidente da Câmara Municipal:** Disse ao membro José António Nogueira que nunca escondeu os números. Que tem acesso aos números que vêm da ULSAM, do delegado de saúde, duas vezes por semana. Aquilo que, na última Assembleia Municipal queria era que lhe dissesse os nomes. E isso não sabe, o que tem é um conhecimento pessoal, de andar pelas Freguesias e de falar com as pessoas, a contar os números. E, por isso, pode dizer que os números, ainda hoje, não estão corretos. Neste momento no Concelho deve haver cerca de 40 (quarenta) casos positivos hoje. Aquilo que fizeram, ao nosso comércio, à restauração, obrigando ao fecho às 13h00 criou imensos problemas e criou um desequilíbrio financeiro da ordem dos muitos milhares de euros a Valença. \_\_\_\_\_

**Membro José Nogueira:** Para defender a honra dizendo que, em momento algum, pretendeu dados pessoais das pessoas. O que pediu foi por Freguesia. Ninguém defende mais a proteção dos dados pessoais do que o próprio. \_\_\_\_\_

Terminadas as interpelações e os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu os trabalhos da sessão para intervalo pelas 11h50 e reiniciou às 12h00. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

### PONTO 1º – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Depois de reunido o quórum suficiente para dar seguimento à sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia, tendo procedido à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Álvaro Gomes, Paula Natal, Inês Ferreira, Jorge Moura.

**Membro Cláudia Labrujó:** Para dizer que, enquanto o senhor Presidente de Câmara estava a responder, teve oportunidade, de lhe enviar umas fotos de onde estão os ninhos de vespas asiáticas que provém de um terreno de um senhor que tem dois processos contra esta Câmara. Depois, questionou a razão de ter sido colocada *internet* dentro das muralhas, se em muitas das Freguesia a *internet* não funciona e numa primeira vaga desta pandemia alguns alunos necessitavam de *internet* nas Freguesias e não tinham. A propósito dos horários, faseados, dos funcionários da Câmara Municipal referiu que é o que a lei impõe. Se as pessoas concordam ou não com estes horários, é a entidade patronal que tem que mandar cumprir.

Quanto às feiras, reforçou a necessidade de se condicionar e vedar devidamente a área, colocar pessoal da Proteção Civil na entrada e saída da feira e encaminhar as pessoas para saírem pelo local adequado.

Quanto à luz junto das escolas, disse compreender que a sua falta se está a dever às obras em curso, mas que é urgente a colocação de iluminação à noite. ~

Relativamente à proposta apresentada dos vales de compras, perguntou se podia saber, quais as “prendas” que vão ser dadas pelo Município aos funcionários. A questão prende-se, disse, com saber em quantos comércio é que foram adquiridas. Questionou se não teria sido preferível entregar vales ao cada funcionário e permitir que as compras se diversificassem ao longo do Concelho.

**Membro Óscar Silva:** Para dizer quanto aos ziguezagues que o Presidente não desmentiu e nem o pode fazer porque são factuais. O senhor Presidente não adotou uma postura mais neutra e numa situação de pandemia, onde não há soluções infalíveis, onde quem gere tem, naturalmente, muitas dificuldades em conseguir a solução ideal, aquilo que se recomenda é uma postura mais responsável, mais neutra, menos impulsiva.

Relativamente ao dano reputacional, referiu que se revê, quase na íntegra, na intervenção do 1.º secretário, porque, de facto, esse erro acaba por consubstanciar um erro reputacional à imagem de Valença, relativamente ao período em que estamos, uma época em que o consumo no comércio é maior. Aquilo que eu não pode, é aceitar, tal como o faz o senhor Presidente, é atribuir a esse dano efeitos práticos que não existem. Se, como diz, o que está em causa são os tais 41 casos de setembro que, tal como referiu, ainda se encontravam como ativos em dezembro, esses casos não tinham implicação direta naquilo que era a classificação de Valença como um território de risco extremamente elevado ou risco elevado. As restrições aplicadas ao comércio, nomeadamente, quanto aos horários a praticar ao fim-de-semana e o recolher obrigatório iriam manter-se.

Continuou dizendo que seria interessante que a Câmara Municipal em conjunto com o Centro de Saúde averiguarem a possibilidade de colocarem uma cobertura no acesso ao Centro de Saúde para proteger as pessoas para evitar que as pessoas estejam, à espera, na fila, à chuva e ao frio. Outra sugestão que deixou prendeu-se com arranjar o piso dos passeios na Avenida Miguel Dantas, entre o Centro Peninsular Ibéria até, mais ao menos, à zona da antiga Paval, na bomba de gasolina da Galp, pois existe várias dezenas de mosaicos que estão soltos, e em consequência já assistiu a quedas de algumas pessoas, felizmente sem grandes consequências, inclusivamente peregrinos que utilizam muito esta zona têm sofrido ali alguns percalços e, apelou à resolução do problema, até, porque, já foi uma situação, por si, reportada, na Assembleia há cerca de dois anos. \_\_\_\_\_

**Membro Álvaro Gomes:** Começou por dizer, que ia apelar, também à colocação de uma carpa no Centro de Saúde, pois urge já que o inverno está aí. Além da carpa, sugeriu a colocação de um túnel onde as pessoas passassem para se irem desinfetando. Em seguida referiu que devido à proximidade de Valença e Tui e as constantes deslocações de portugueses a Tui e vice-versa, não existe nenhuma informação que Tui está confinado. Essa informação devia ser amplamente divulgada para evitar as incómodas situações de os portugueses se sujeitarem a ser multados por ir a Tui.

De seguida deixou o apelo para que na época natalícia que se aproxima se tenha cuidado. Que, como sabem, existem três tipos de testes, e que toda a maior parte das pessoas vai tender a fazer o teste rápido, que é o teste de pesquisa de antigénios, que, feito em cima da hora não dá segurança nenhuma. A pessoa pode estar em incubação e ainda não tem antigénios presentes e o teste ser negativo e ser um falso negativo. O único teste, que será mais fiável, poderá ser o PCR, o teste inicial, aquele que é feito pela zaragatoa e que dá outro tipo de certezas, mesmo assim relativas, porque também pode haver PCR's falsos negativos, com positividade atrasada, mas este, pelo menos, se for feito nas 24 horas anteriores à ceia de Natal ou à passagem de ano do teste e depois, a pessoa perceber que tem que fazer quarentena e não contactar ninguém, mas rigorosamente ninguém, provavelmente diminui muito, a probabilidade de transmitir aos seus familiares alguma coisa, porque já tem um teste negativo e esteve pelo menos 24 horas em quarentena. \_\_\_\_\_

**Membro Paula Natal:** Referindo-se ao ponto de situação de empreitadas e projetos, mais especificamente, à requalificação do edifício do pavilhão náutico que será transformado num Centro de Apoio e Inter-



pretativo do Rio Minho. É um projeto que já se encontra em fase de candidatura e é algo em que sente muito orgulho por ser um edifício propriedade da Sociedade Social e Recreativa Segadanense da Freguesia, onde nasceu e onde continua a residir. Passou a infância, a juventude, ligada a esta coletividade e continuará, a coletividade faz parte da sua história de vida. Ouviu atentamente, e registou, o que foi dito numa Assembleia. Confessa que ficou indignada pela forma como uma coletividade de referência, a nível distrital e nacional até, com provas dadas e com tanta história, fundada no dia 19/03/1944, da forma como, a coletividade, foi tratada. Talvez os mais antigos se lembrem dos famosos bailes da sede com os discos do saudoso senhor Sansão. Como curiosidade lembrou que o grupo Roconorte começou lá. Os jogos de Quino ou do Bingo esgotavam as salas, ou os grandes campeonatos de sueca, que se realizavam. Por isso, ficou chocada, pela forma como, alguns membros desta Assembleia, se dirigiram à coletividade, desconhecendo, completamente, o nascimento e construção do edifício do pavilhão náutico, tentando até distorcer a realidade e, de certa forma, denegrir a imagem da coletividade, dos sócios, das pessoas que a representam e os seus dirigentes. Quanto ao projeto de requalificação do edifício, considera que é uma grande alavanca para o desenvolvimento da sua envolvente, para o lazer, para o turismo, para o desporto náutico. Este é o anseio, de há muitos anos, dos valencianos, aquela obra, vai valorizar toda Valença. Vai tornar-se numa zona muito mais atrativa e aprazível para os valencianos. E para quem nos visita obviamente. Finalizando, disse querer deixar uma reflexão, pelo facto de eu querer fazer a minha casa não vou tentar sujar a casa do vizinho, deitando-lhe poeira. De que me serve? Em que me valoriza? Isto sim, fazer, concretizar, é valorizar Valença no seu todo, o seu património e as suas gentes. Muito obrigada. \_\_\_\_

**Membro Inês Ferreira:** Começou por dizer que reparou que estão previstos 25.000.000,00€ (vinte e cinco milhões de euros) para investimento no parque industrial de Gandra, no momento em que o país, a Europa, o Mundo, enfrenta uma situação económica de crise grave, é de facto para se ficar contente, de nos congratularmos com esse investimento e, caso, o senhor Presidente tenha alguma informação sobre quais são as empresas que têm intenção de aí se instalar gostaria de saber.

Em relação à COVID disse que Valença também foi penalizada pelo facto das avaliações serem quinze-nais e isto, porque, por exemplo, um Concelho vizinho, imagina-se, que numa primeira avaliação estava bem, mas nos próximos oito dias ficou muito mal, continuava num nível de classificação melhor do que o nosso, porque nos mantínhamos sempre naquela situação. Portanto, a injustiça ainda era maior nesse domínio.

Defendeu também a necessidade de a Câmara Municipal prover o Centro de Saúde com uma solução para albergar os doentes que estão em fila de espera para aceder aos serviços do Centro de Saúde. Mais perguntou, se a autarquia já recebeu algum apoio do Governo Central no que diz respeito aos impactos financeiros que está a ter, aos encargos financeiros que teve que assumir, nomeadamente no setor da Educação.

Terminando a sua intervenção referiu que a apresentação da moção não foi apresentada por razões ideológicas mas sim para defesa dos interesses dos valencianos. As razões ideológicas estão a nível central,

quando se tomam as decisões que se têm tomado. A moção, apresentada foi para defesa dos interesses dos munícipes de Valença. Foram eleitos para isso e por isso, lamenta a abstenção da CDU e do PS. \_\_\_\_

**Presidente da Câmara Municipal:** Passando a responder às questões colocadas por Cláudia Labrujó, começou por dizer que a recolha das vespas asiáticas que está a ser feita tem a ver com as vespas que andam fora dos ninhos, pois estes já se encontram destruídos ou são desativados, mas continuam nos mesmos locais. Os garrafões que foram colocados têm, dentro, um produto à base de levedura e açúcar para as atrair, mas também leva um bocado de vinagre para não atrair as outras abelhas, antes pelo contrário, para as fazer desviar dessas armadilhas.

Quanto à questão de a *internet* não funcionar dentro das muralhas, isso não é correto, funciona e bem. Todos os edifícios do Município e os comerciantes têm *internet* nas suas lojas e funciona. Não tem chegado ao município queixas em relação ao funcionamento da *internet* dentro das muralhas. Aliás, neste momento uma grande parte do Concelho – e está-se a fazer esforços para que rapidamente se consiga uma cobertura mais ampla em todas as Freguesias do Concelho – está a ser servido por fibra ótica. E dentro das muralhas esse serviço existe já há muito tempo. Portanto, os edifícios são servidos de serviços de *internet* através da fibra ótica. Está-se a estender a fibra ótica aos locais mais recônditos do Concelho, às Freguesias mais distantes. Neste momento, conseguiu-se com a passagem da fibra para a freguesia de Cornes, em Vila Nova de Cerveira e exigiu-se, em contrapartida, que uma parte de S. Julião também ficasse coberta já com essa infraestrutura.

Em relação às feiras e mercados, disse que as entradas estão bem claras. A feira não tem uma vedação física que possa proibir a quem quiser trepar o talude naturalmente. As pessoas foram elucidadas várias vezes. Os feirantes são os mesmos. Todos têm máscara e desinfetante. Vai todas as quartas-feiras à feira e, de uma maneira geral, o que vê é que toda a gente vai cumprindo com as normas. Mas, reforçou, o cumprimento das normas vem da educação de cada um e cada um deve, neste momento, assegurar-se e assegurar os outros da proteção que cada um deve ter.

Quanto aos vales para os funcionários a Câmara que é mais uma empresa deste Concelho. E, como tal disse que gostaria de saber quantas empresas deste Concelho dão vales aos funcionários. Mas, a Câmara teve em atenção e no decorrer dos meses de marços, abril e maio mandou os funcionários para casa por turnos, e, não obstante pagou-lhes na íntegra o vencimento, ao contrário de muitos outros que tiveram que ir para casa noutras empresas, e que não tiveram direito a receber o vencimento no final do mês na íntegra.

Respondendo a Óscar Silva, disse que estamos perante situações diferentes. Desde o mês de março até hoje Valença teve uma série de casos de COVID. O Concelho já esteve sem casos e era o que gostaria que continuasse a ser. Nos meses de julho, agosto e setembro, houve uma grande afluência de visitantes e tudo correu bem. Mas tem que se ir adaptando a postura a adoptar consoante as situações. Sobre o assunto, o Sr. Dr. Álvaro já fez a sua intervenção, e muito bem, ele é um técnico de saúde reputado no nosso Concelho, pelo qual tem muita consideração, porque sabe na altura certa saber onde é que está o bem e o mal e que quantas vezes já assistimos a situações como a do indivíduo que testa positivo, tem que ficar

10 dias em casa e o indivíduo que esteve com ele, ou que coabita com ele, e que não tem qualquer sintoma, tem que estar 14 dias confinado. Quanto à cobertura no acesso ao Centro de Saúde, disse que o Dr. Luciano já lhe tinha falado nessa situação. Como sabem, todas as semanas e mais do que uma vez, vai ao Centro de Saúde, para se inteirar das situações e para que haja uma interligação mais estreita entre a saúde local e a Câmara Municipal e já foi solicitada essa cobertura, da parte poente, onde antigamente funcionavam as urgências, para que os utentes do Centro de Saúde estejam mais confortáveis no caso de chuva, frio, etc. A situação está a ser tratada com uma empresa local. Aliás, quando foi o encerramento das fronteiras, já foi a Câmara Municipal que forneceu o apoio necessário para que os agentes do SEF pudessem trabalhar, nomeadamente, colocou contentores, casas de banho, coberturas ou abastecimento de água. Os apoios do Governo Central, até à data, aos Municípios, foram zero. E isso não é apenas na atual situação da COVID. Esta é uma situação a que já estão habituados. Foram as obras no Centro de Saúde, as obras nas Finanças, as obras no Tribunal, as obras na GNR. E em termos de contrapartidas, zero.

Em relação ao piso no passeio na Avenida Miguel Dantas, é verdade, sistematicamente aparecem ladrilhos soltos naquele troço entre o Centro Peninsular Ibéria e a Repsol. Precisamente nalguns locais onde passou o gás e a fibra ótica. Isso tem acontecido várias vezes. Tem acompanhado a situação e sempre que surge um caso, de maior dimensão, os serviços têm notificado a empresa, como foi o caso ocorrido há alguns dias atrás, na Rua da Bogalheira, onde ocorreu um abatimento de terras, responsabilidade da empresa que construiu a canalização do gás natural naquela zona e que foi notificada para vir reparar o piso. Quando são coisas mais pequenas os funcionários da Câmara, vão de imediato ao local e reparam.

Para agradecer a informação prestada pelo membro Álvaro Gomes, deixando um alerta, através dos membros da Assembleia Municipal, dos senhores Presidentes de Junta, para a quadra que se avizinha, uma quadra quando as famílias se costumam reunir e, atendendo, à atual situação todo o cuidado é pouco. Os nossos governantes já equacionam a vida de uma terceira vaga. Que se sigam, rigorosamente, os conselhos dados por um profissional de saúde que acabou de informar esta Assembleia e se transmitirmos essas recomendações e, também, adotarmos as recomendações, naturalmente que o Natal vai ser melhor e esperemos que, a terceira vaga, se vier, não seja tão agressiva, como foi a segunda vaga.

Quanto à requalificação do pavilhão náutico, oi uma candidatura apresentada pelo Município, que, futuramente, aquela zona será uma zona de lazer mais alargada. O Município já começou a comprar terrenos naquele local, naturalmente que se terá que comprar mais, mas é importante virar Valença para o rio através da parte poente que é a parte mais, do seu ponto de vista, mais bonita e mais atraente que sempre foi a Praia da Senhora da Cabeça ou a zona de Lazer da Senhora da Cabeça.

Referindo-se às indústrias no concelho, disse que, neste momento há em construção quatro novas empresas. Em relação à nova fábrica da Lear, é uma ampliação, apesar de ser uma construção de um pavilhão novo com 8000 m cobertos, e que dará emprego a 250 a 300 pessoas. A empresa vai deslocalizar de Marrocos para Valença a preparação dos estofos dos automóveis e estará pronta no dia 1 de fevereiro. Depois temos uma empresa da reciclagem das torres eólicas, torres e pás eólicas de toda a Europa, que vão ser recicladas aqui em Valença e que, dali, vão aproveitar para fazer desde depósitos de água, mobiliário ur-

bano, mobiliário de jardim, parques infantis. Sabe que neste momento a cidade do Porto já compra desse material reciclado a essa empresa que tem uma unidade em Santiago, e vai deslocalizar para Valença a maior parte da laboração. Também, está a nascer uma nova indústria, que se deslocalizou de Santiago, de automatismos, aço inox, portas basculantes e serralharia. Outra empresa que se vai localizar na zona industrial é a Hierros Caldas, SL é a expansão da empresa através do Norte de Portugal. \_\_\_\_\_

**Membro Óscar Silva:** Para dizer que relativamente a tentarem atribuir a questão da manutenção do Congresso do Partido Comunista a uma questão ideológica, aquilo que a Constituição prevê é que haja a manutenção das liberdades políticas e, portanto, enquadrando-se o Congresso do Partido Comunista numa atividade política, não haveria forma de impedir a realização desse congresso. Se lhe perguntarem se concordou com essa opção do Partido Comunista, obviamente que a resposta seria não. Isso depende também daquilo é a decisão que o partido possa tomar. Por exemplo o Partido Socialista, do qual faz parte, tinha o congresso marcado para maio de 2020, o congresso foi adiado e será realizado no próximo ano, ainda em data a anunciar. Portanto, não concorda com a realização desse tipo de atividades no cenário de exceção que estamos a viver, mas não se pode, estar aqui, a atribuir esta questão a uma questão ideológica.

Relativamente à intervenção da colega Paula Natal, disse que ouviu atentamente e posso entender os motivos da sua intervenção, mas crê que deveria identificar, ou pelo menos, dirigir-se a quem terá tecido esses comentários menos abonatórios, relativamente a essa entidade prestigiada do nosso Concelho. Ao não dizê-lo e ao estar a dizer que foram alguns membros desta Assembleia, está de certa forma a colocar em *check* a todos e isso, crê, deve pelo menos uma clarificação, porque não faz sentido estar a atirar a pedra e a esconder a mão.

Quanto às queixas do senhor Presidente da Câmara sobre a falta de financiamento para algumas obras que foram sendo feitas no quartel da GNR, no Tribunal, etc. transformar isto numa questão ideológica também é muito redutor, porque já estão há 11 anos no poder. Já passaram governos, de ambas as cores, portanto, do PSD e do PS, estas questões foram existindo ao longo da trajetória dos vários governos e, portanto, mais do que uma questão ideológica, esta é uma questão estrutural que existe no nosso país. É verdade que se tem que gerir os dinheiros públicos de uma forma mais rigorosa, e crê que com a descentralização, de uma forma mais aprimorada, certamente haverá coisas a melhorar e futuramente, acredita, que com a regionalização se possam dar passos para que os dinheiros públicos sejam geridos de outra forma. Não se pode é tornar isto numa questão ideológica como quiseram transformar. \_\_\_\_\_

**Membro Paula Natal:** Respondendo agora ao membro Óscar Silva, disse que não está a esconder a mão nem a atirar a pedra a ninguém, simplesmente está a pedir às pessoas que ponham a mão na consciência, sem divulgar nomes, por uma simples razão, que na ata dessa Assembleia, está lá tudo registado, as pessoas que falaram. E quem falou é que atirou pedras.

**Membro Inês Ferreira:** Relativamente ao Congresso do Partido Comunista Português todos sabíamos que a Constituição permitia, até porque se não soubéssemos a Comunicação Social e os políticos da altura foram mais que convincentes a afirmar e a dizer e esclarecer que a Constituição da República Portu-

guesa permite as manifestações político-partidárias. É evidente que caberia ao PCP ter adiado. Fazer o mesmo que fez o Bloco. Mas com certeza aquilo que foi dito pela Direção Geral de Saúde era desde que se cumprissem as normas. E o PSD não apresentou a moção por uma questão ideológica. Por uma questão ideológica é que o PS se absteve, porque com certeza que concordam plenamente com o PSD, de certeza que também pretendem defender os interesses dos valencianos, mas votar a favor da proposta era dizer ao partido em Lisboa que estão a favor aqui de Valença e não das orientações centrais. E isso, não conseguiram fazer. Uma abstenção permite a passagem. Não precisavam, até porque, por deliberação dos cidadãos valencianos, o PSD tem a maioria. Portanto, a decisão do PS é que foi ideológica. A do PSD foi por defesa intransigente dos valencianos. \_\_\_\_\_

**Presidente da Câmara Municipal:** Começando por responder à intervenção do membro Inês Ferreira disse que o trabalho das IPSS's no Concelho tem sido meritório. Tem tido um trabalho admirável. Os responsáveis que estão à frente dessas instituições têm sido exemplares na forma como têm conduzido todo este processo, pelo amor ao próximo e pelo “amor à camisola” porque muitas dessas pessoas prestam esse serviço de forma não remunerada. Assim, disse, em nome do Município agradecer-lhes todo o empenho, toda a dedicação que tiveram durante este período.

Respondendo ao membro Óscar Silva, disse que também não concorda com muitas coisas. De seguida informou que se a Câmara decidir fazer obras em edifícios do Estado, por exemplo no quartel da GNR pode vir a acontecer de não ser ressarcida do valor gasto. Explicou, que há alguns anos atrás não era assim, tanto que, por exemplo a Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, remodelou o posto da GNR local, mas, na altura, havia um protocolo com o MAI, com o Ministério da Administração Interna, para que as câmaras avançassem com a obra em si e depois seriam ressarcidas. Hoje, esse protocolo, ou algo semelhante, não existe.

Dirigindo-se ao membro Cláudia Labrujó, explicou que a pessoa que se encontra no Albergue do Peregrino, o marido está infetado, e esta pessoa não tem retaguarda familiar, está a ser apoiada e acompanhada pela Cruz Vermelha, pela ASRAR e pela Ação Social da Câmara Municipal. É difícil, duas pessoas idosas, com dificuldade de locomoção e não tendo retaguarda familiar. Esta pessoa logo que esteja em condições de voltar ao seu lar, assim o fará. \_\_\_\_\_

**Presidente da Assembleia Municipal:** Interrompeu a sessão para almoço.

Retomaram a sessão às 15h00.

## PONTO 2 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021, NORMAS DE EXECUÇÃO E MAPA DE PESSOAL

**Membro Cláudia Labrujó:** Relativamente ao orçamento e grandes opções do plano para 2021 vão abster-se, porque têm algumas preocupações quanto a alguns aspetos. Devido a esta conjuntura inevitavelmente vai haver uma diminuição da receita, vamos continuar a depender de terceiros, nomeadamente de fundos comunitários. Devido ao abrandamento da atividade económica e de rendimentos, esta problemática é, não só a nível local, mas também a nível nacional e mundial verificam que o orçamento está aliçado em verbas comunitárias que, se a nível central, cortam as verbas, os Municípios, pode estar em grave situação. Daí a razão de se absterem.

**Membro Francisco Romeu:** Disse que a razão da sua intervenção se prendia com as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia que se mantiveram as mesmas do ano de 2020. Sabe que o orçamento diminuiu, mas, no entanto, face ao que as Freguesias fazem com a sua população, ficariam muito satisfeitos se tivesse havido um aumento das verbas. Espera que face às verbas protocoladas possam estar previstas outras verbas, nomeadamente aqueles valores até 40.000,00€ (quarenta mil euros). Aproveitou para dizer que informaram a DGAL sobre as verbas que gastaram com a COVID. É certo que receberam um subsídio de 5.000,00€ (cinco mil euros) para colmatar essas necessidades, mas para conhecimento, a Junta de Freguesia de Ganfei gastou 3.900,00€ (três mil e novecentos euros). Agradeceu essa verba de 5.000,00€ (cinco mil euros) mas se nas grandes opções de plano para 2021 as Juntas tivessem sido contemplados com aumentozinho, tinham todos ficado satisfeitos.

**Membro António Dias:** Após as saudações protocolares começou por responder ao membro Paula Natal sobre o assunto referente ao “Bar Náutico”, dizendo que, o que a mesma, tinha ouvido na última sessão não se refere, nem se cinge a nenhuma instituição. Ali estão factos contextualizados e elencados relativamente a uma candidatura que o Município preteriu em detrimento de uma Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre. Portanto, era necessário, elencar e fazer o enquadramento devido. Se tivesse sido com uma Freguesia as coisas eram diferentes. Não estão contra nenhuma associação, mas sim contra a forma como o Município conduziu a questão da candidatura.

Em relação á pandemia disse só querer dizer, em primeiro lugar que não há que esquecer que as pessoas não ficam doentes eternamente, e em segundo, quem dá essencialmente vida ao tecido comercial aqui no Concelho são os nossos vizinhos espanhóis e está-se a falar de 80 a 90% do movimento. Eles, também já estão confinados, antes mesmo de nós.

No que diz respeito aqui ao orçamento disse o seguinte: o senhor Presidente na sua nota lança uma frase de Santo Agostinho, que não sendo ele moderno propriamente dito, uma vez que viveu algures nos anos 300 e pouco tem algumas coisas que são intemporais e que de facto esse pensamento diz: “Vence quem é capaz de não perder a esperança de lutar.” Este pensamento é mais de esquerda do que de direita senhor Presidente. Até parece que se inspirou num célebre pensamento também de Mário Soares que dizia que “Só é vencido quem desiste de lutar.” Se calhar lá no fundo, o Sr. Presidente, até é de esquerda e não é de direita. Em eito de entrada diria, citando também Santo Agostinho, que “não há lugar para a sabedoria onde não há paciência”. Na página 4 (quatro) da proposta do orçamento, o senhor Presidente diz o seguinte: “O que fizemos no último ano indica o caminho que queremos prosseguir.” Ora bem, das duas

uma, ou o senhor Presidente tem um bocado de vergonha dos anos anteriores, dos Executivos em que fazia parte, ou então só este ano é que interessa pelo facto de ele ser o Presidente do Executivo. E, por isso, terá encontrado o dito caminho neste último ano. Não sei qual será o caminho, se será mais tortuoso ou não do que aquilo que aparenta ser. Gostava que depois o senhor Presidente desse uma nota de esclarecimento sobre essa nota, o que é que ele quis dizer com essa frase. Na continuidade do pensamento expresso nessa página, o Senhor Presidente, deu como exemplo do caminho a seguir, a redução do IMI, a diminuição progressiva do IRS, o lançamento das obras na cidade e medidas com a COVID, que já são mais recentes, são do presente ano. São medidas que o PS já vinha a reivindicar. Acrescentou, ainda, o seguinte, que tem memória que no ano de 2013, no programa eleitoral o PSD apresentou, como medida a devolução da totalidade do IRS e gostava de saber se isso é verdade ou não e se o Município irá de facto fazer isso até final deste mandato.

Na página 11 (onze) verificou, relativamente às transferências, que se optou por colocar os valores constantes do Orçamento de Estado para 2021. Gostava que lhe dissessem se o valor a receber pelo Município, em 2021, vai ser igual ou superior ao de 2020, porque isso, não é referido.

Perguntou, também, se todos os serviços que foram prestados no Município e nas Freguesias, relativamente às limpezas e desinfecções, se foram feitas ou não pela Proteção Civil e com os seus meios. Diz que gastou 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), aproximadamente, em medidas extra COVID, mas por outro lado ao não haver cultura, houve também uma economia mais ou menos dessa escala o que lhe terá permitido fazer face a essas medidas. Perguntou se assim foi ou não. Perguntou, ainda, se no âmbito das medidas COVID, foi adquirida alguma viatura para a Proteção Civil e de que ano é que é essa viatura.

Na página 35 (trinta e cinco) do ponto 2.8 fala na tecnologia LED para a fortaleza e gostaria de perguntar se, porventura, essa tecnologia LED não será também expansível às outras freguesias do Concelho. Houve de facto uma primeira fase, mas era pertinente perceber se de facto as Freguesias vão ser também tidas em conta com a colocação destes novos focos LED. Em jeito de parêntesis, ao fim de três anos, perguntou quantos focos foram para a freguesia de S. Pedro da Torre. Parece-lhe que as verbas anunciadas para esta questão da eficiência energética são insuficientes, porque, embora tenha uma taxa de retorno importante em termos de economia, como se sabe, é uma tecnologia cara.

Na página 40 (quarenta) referiu que, comparativamente a 2020, o Município aumenta a sua dependência face ao exterior em cerca de 4%. Esta dependência é o início de um caminho que pode ser perigoso.

Quanto às Freguesias, continuam a ser o parente pobre do Município porque, infelizmente, parece que vão ter de continuar a mendigar, pois em vez de receber mais, vão receber menos 5.000 e poucos euros, as freguesias recebem 2,94% do orçamento, o que é francamente pouco.

Quanto à página 51-52 (cinquenta e um e cinquenta e dois) dá-nos indicação de um endividamento a aumentar devido a empréstimos que deverão ser incorporados. É outro sinal preocupante. Depois perguntou, que segundo tem entendido as verbas do Estado para o Município terão aumentado. E se aumenta-

ram, porque é que isso não foi refletido nas verbas para as Freguesias, porque se houve um aumento na ordem dos 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) seria justo que uma parte desta verba fosse redistribuída pelas Freguesias. E, assim, pergunta o que faria o Sr. Presidente da Câmara se o Estado em vez de dar uma verba de 400.000,00€ a retirasse.

Pedi que lhe explicasse o porquê da verba de 70.000,00€ (setecentos mil euros) com encargos para cobranças de receitas. E se a rede ciclável que está prevista de 200.000,00€ (duzentos mil euros) irá permitir, ou não, retirar os postos e os semáforos que estão, por aí perdidos, no meio dos passeios. Quanto à Ação Social, é muito importante, porque este orçamento deveria focar-se na situação de pandemia que estamos a viver e deveria focar-se em dois eixos: no eixo da promoção, do apoio à atividade comercial, aos comerciantes e também no eixo social. E, verifica que na questão social houve um decréscimo importante. O orçamento refere, no somatório das rubricas, de numa verba na ordem dos 950.000,00€ (novecentos e cinquenta mil euros), porém a rubrica em si, a que diz respeito àquilo que é a Ação Social propriamente dita, que chega às pessoas que são as mais necessitadas apenas aumenta 0,72%, o que é um pequeníssimo aumento, que representa 3,24% do orçamento. Terminou a sua intervenção com uma citação de Santo Agostinho: “Não queiras entender para crer; crê para que possas entender! Se não crês, não entenderás!”

---

**Membro Cláudia Moreira:** Antes de começar a sua intervenção disse querer deixar duas notas: a primeira delas vai no sentido de que já por várias vezes nesta Assembleia o senhor Presidente de Câmara lhe disse que anda desatenta, mas se ando desatenta parece que não ser a única, porque, senhor Presidente, o Regulamento do Concelho Municipal da Juventude já foi aprovado na Assembleia de 27/11/2019, na qual inclusive o senhor já tinha tomado posse como Presidente de Câmara, portanto não pode alegar desconhecimento nesse sentido. A questão vai não na aprovação do regulamento, mas sim no facto de ele estar a ser incumprido, por não se realizarem as reuniões necessárias. E a outra nota é que tanto esta manhã se falou em congressos, mas ninguém falou no Congresso da Juventude Socialista que decorreu no passado fim-de-semana e que foi totalmente digital. Um congresso, com mais de 200 delegados, e que decorreu sem qualquer incidente e provou a todos os partidos deste país, inclusivamente até ao próprio PS que é possível.

No tocante ao orçamento, dizer que as estratégias setoriais, em particular no que respeitam às políticas jovens, o conteúdo desta orçamento em nada surpreendeu, afinal trata-se na sua esmagadora maioria de uma reprodução dos documentos homólogos para os anos de 2019 e 2020 e, portanto, reproduzem-se igualmente neste orçamento para 2021 as insuficiências, já variadíssimas vezes apontadas no âmbito do investimento em políticas jovens, insuficiências essas, aliás, que poderiam ter sido discutidas e, possivelmente, algumas delas colmatadas em tempo útil se quem de direito, como é o caso precisamente do Concelho Municipal da Juventude, ao invés de continuar a constar do orçamento como um órgão a implementar, quando já há mais de um ano deveria estar em funcionamento, houvesse sido auscultado e tido em consideração na delineação da estratégia de atuação do Município. Não deixam de assinalar a inexplicável ausência de conteúdo, expectável de encontrar neste orçamento, desde logo no setor da Educação seria ilógico encontrar uma verba destinada à implementação prática do programa jovens autarcas pro-



posto pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia de 12/02/2020 e então aprovado por unanimidade neste órgão. O que não se verifica. Gostariam assim, diante deste facto, de saber se o projecto não será implementado durante o próximo ano e em caso negativo o porquê desse adiamento no tempo dado tratar-se de uma importante iniciativa educativa e cívica. De igual forma em orçamentos anteriores, nomeadamente o de 2019, previa-se a implementação de uma residência estudantil, previsão essa que foi retirada do orçamento para 2020 e volta a não ser incluída no orçamento para 2021. Já hoje aqui nos foi dito que existe um protocolo de cooperação com alojamentos locais para suprir as necessidades deste ano letivo. A questão é: significa esta ausência que a concretização de uma obra que já se mostrou ser imprescindível para assegurar a atratividade de Valença, enquanto cidade estudantil, com condições de habitação dignas e da própria ESCE enquanto instituição de ensino vai ser novamente protelada no tempo ou nem sequer vai existir?

Disse, ainda, que uma vez mais consta do programa orçamental para 2021, página 34 (trinta e quatro) a implementação de um cartão jovem, sendo certo que já no orçamento para 2019 e 2020 se apontava a adoção desse cartão, bem como de 2019 para 2020 se verificou uma redução de 2.000,00€ do valor orçamentado para esse efeito. Por isso, impõe-se perguntar, por um lado e uma vez que a medida ainda não foi colocada em prática, a que se deveu essa diminuição do valor previsto e, por outro, o porquê de uma medida que consta, pelo menos, dos últimos três orçamentos, que apresenta um valor orçamental reduzido, que já vem sendo aplicada noutros Conselhos do distrito, como é o caso da Viana do Castelo, Ponte de Lima ou Arcos de Valdevez, ainda não ter chegado a sua concretização prática.

**Membro Inês Ferreira:** Começou, por dizer que, relativamente ao Natal, pretendi deixar a seguinte mensagem. Se cada um de nós se proteger, protegemos a nossa família, portanto contactemos a família por telefone, pela *internet* e com certeza que daqui a um ano estaremos todos juntos na mesma a festejar o Natal e o espírito do Natal pode manter-se mesmo não estando fisicamente presentes.

Em seguida, referindo-se ao ponto em discussão disse que a conjuntura atual torna, pela incerteza e imprevisibilidade, a tarefa de apresentar um orçamento para 2021 perfeitamente hercúleo. Os constrangimentos são inúmeros e sujeitos a multifatores exógenos que dificultam a previsão, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Apesar destas circunstâncias, foi apresentado o orçamento e grandes opções do plano para 2021 em que se pode constatar na página 8 (oito) que foi ajustada a despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município. As autarquias, condicionadas pela lei do orçamento de Estado e por diretivas externas, estão obrigadas a coordenar as Finanças Municipais com as Finanças do Estado. As contrapartidas do Estado, como já se ouviu hoje aqui, para o impacto do COVID, estão por chegar. No quadro da página que referiu o Executivo apresenta um orçamento em que a receita corrente é superior à despesa corrente, o que permitirá compensar o facto da despesa capital se prever superior às receitas de capital.

Na página 39 (trinta e nove) é facultado um quadro em que, de facto, este equilíbrio orçamental é revelado, demonstrado como se cumprem as disposições legais na Câmara de Valença. Entretanto vai manter o IMI com a taxa mínima legal, mantendo a derrama e decrescendo o IMT. Todos os municípios, sujeitos a

passivos em sede de IRS, vão continuar a beneficiar da devolução de 5% do IRS. Portanto, esta meta, já está a ser cumprida. Por prudência, e a seu ver muito bem, foi considerado para 2021 um salário mínimo de 658,75€ que será a proposta que o Governo vai levar ou vai apresentar aos seus parceiros sociais, portanto, neste momento ainda não sabemos quanto vai ser o salário mínimo para o próximo ano e, portanto, a Câmara também não consegue prever qual é o impacto que isso vai ter nas despesas de pessoal.

Disse ainda que se constata que 84% do financiamento das grandes opções do plano têm financiamento definido, que 83% do plano plurianual de investimento tem financiamento definido, à Educação estão destinados cerca de 1.000.000,00€. Nunca é desperdiçado o investimento na formação dos futuros homens e mulheres da nossa sociedade. Para o comércio e turismo que vivem momentos de muita angústia e desalento também se prevê gastar mais de 1.000.000,00€. Para a Ação Social da Câmara está previsto 500.000,00€. Perguntou se não era verdade que o senhor Presidente da Câmara costuma fazer uma reunião com os partidos da oposição aquando da elaboração do orçamento, para ouvir as suas ideias e sugestões. E se assim foi, gostaria que lhe dissesse quais foram as sugestões dadas. Disse ter estado na reunião de Câmara em que foi aprovado o orçamento e de facto estranhou que os dois vereadores do PS votaram contra, mas não apresentaram as razões do seu voto contra.

**Membro Paulo Esteves:** Começou por realçar que acha que é um ato de coragem e de honestidade política, para um ano de eleições, apresentar um orçamento de rigor, de contenção, onde é diminuída a despesa. Nestes tempos de incerteza manda a mais elementar prudência que assim se atue. Aquilo que seria expectável, em circunstâncias normais, era que fosse um orçamento despesista, um orçamento eleitoralista, e para, por assim dizer, estar numa posição privilegiada nas próximas eleições. Não é isso que ocorre. Toda a gente gostaria que houvesse mais dinheiro para as associações, Juntas de Freguesia, etc., etc., etc. Toda a gente gostaria de dar mais dinheiro. Mas a questão é onde se corta. Alguém pensou que para dar mais para um lado se tem de cortar noutros? E cortava-se aonde? Onde é que se corta? A Câmara tem praticamente um encargo fixo, que representa 1/3 do orçamento que são os vencimentos do pessoal. Aí não pode cortar. Que despesas intermédias que pode cortar? Não tem. Acredita que fosse vontade do Presidente, para deixar a obra feita, fazer muitas despesas de investimento, mas, nestes tempos que correm, não tem margem. Um orçamento é um documento de previsibilidade. É um documento onde se prevê receitas e onde se prevê despesas, onde são alocadas receitas a determinadas despesas. Este orçamento, no contexto em que vivemos, chamar-lhe-ia um orçamento de imprevisibilidade, porque não sabemos os tempos que se avizinham. Toda a gente ouve falar da bazuca financeira, mas, perguntou, se alguém sabe da repercussão que vai ter nas autarquias. Ainda ninguém explicou. Irão ser aumentadas as receitas para as Freguesias? Haverá um desagravamento fiscal? Para se manter a despesa que se tinha no exercício anterior, havendo uma previsão de redução da receita só há uma solução: endividamento. E seria prudente neste momento o endividamento da Câmara Municipal de Valença? O Estado, o Governo, endivida-se. Porque contava que este ano houvesse um crescimento de 3% da economia e tem um decréscimo de 8%. Só que o Governo emite juros da dívida a taxas negativas mas isso não acontece com a Câmara. A Câmara paga juros pelos empréstimos que contrai. E o orçamento é um exercício extraordinariamente simples: tenho isto de receita, tenho de despesa, tenho que gerir da melhor forma possível este dinheiro, de forma a ter as finanças equilibradas, pelo menos. Se quiser gastar mais do que aquilo que é a minha recei-

ta tenho que me endividar. E se me endividar, o que vai acontecer é que vou pagar juros que na prática são uma despesa, absolutamente, improdutiva para o Concelho, porque quem ganha são os bancos.

É natural que nem toda a gente fique contente. Mas perguntou se no contexto atual alguém tinha por expectável ou por sensato um orçamento expansionista. Só se fosse uma equipa política absolutamente irresponsável, porque é contracorrente. Os tempos que se avizinham não serão fáceis e um orçamento é equilibrado, não agradará a todos. Em ano de eleições é louvável este tipo de orçamento, porque é um orçamento que consolida as contas, é um orçamento moderado, é um orçamento equilibrado.

**Presidente da Assembleia Municipal:** Após as saudações protocolares disse que a intervenção do membro Paulo Esteves foi muito oportuna, muito enriquecedora e que, de alguma forma, leu o pensamento de muitos dos presentes, inclusive o seu. Sendo assim fica liberto de fazer as considerações que acabou de fazer e passou, de imediato, a colocar algumas questões sobre as grandes opções do plano.

Na página 7 (sete) é referida a qualificação urbanística do antigo campo da feira, jardim municipal e rua por trás da farmácia. Perguntou se já está pensado algo para lá. Na página 10 (dez), há uma referência ao Gabinete da Eurocidade, sabe que este projeto é uma aposta forte do Município de Valença e de Tui, por isso perguntou o que é que está pensado nesta questão da criação do gabinete, para que é que irá servir e quais serão as competências que irá ter. Na página 12 (doze), há uma verba significativa alocada à iluminação da Fortaleza. Perguntou que tipo de intervenção é que se pretende fazer. Em relação à conservação e beneficiação da rede viária nas Freguesias, está previsto um valor de 1.044.000,00€ e já definido 831.000,00€, por isso, quando se fala nas Freguesias não se pode só olhar para o valor do protocolo porque para lá do protocolo há a rede viária, há o apoio às coletividades e às instituições de cada uma das Freguesias e naturalmente isso é riqueza que fica em cada uma, por isso, não podem só pensar no protocolo, em si, mas em todo o resto do investimento que está previsto no orçamento. Página 13 (treze), transporte público rodoviário, compensações, estão 423.000,00€ registados e já com a definição de 200.000,00€. Para que servem? Perguntou o que se pretende fazer na Quinta de Sanfins.

**Membro Paula Natal:** Começou por dar os parabéns relativamente ao Orçamento, por ser um orçamento tão rigoroso, no entanto, não pode deixar de elogiar, também, os colegas da Contabilidade, da Divisão Económica e Financeira, que são excelentes profissionais. Em jeito de resposta ao senhor Presidente da Junta de São Pedro da Torre, disse que o seu tom de voz não lhe dá mais nem menos razão à sua questão, invocar o número específico da lei muito menos. Obviamente que o pavilhão náutico está numa Freguesia e vai beneficiar a Freguesia e toda a envolvente, Valença. E se calhar recuperar um edifício que já está feito custará menos do que fazer um de raiz. Têm opiniões diferentes. Disse que ia ler o que está na ata, porque em política não vale tudo efetivamente. Diz na Ordem de Trabalhos unicamente a expressão “dar poderes ao Presidente da Direção.” Dar poderes, se calhar não será o termo mais pomposo atualmente, mas o Presidente desta associação reúne mensalmente com a Direção dando-lhe a conhecer qualquer situação, desde a rotura de um tubo da água, até à apresentação de propostas. Depois diz que estará a dar uma carta-branca ao Presidente e que nenhum dos diretores sabia o que estavam a votar ou a deliberar. Disse que está enganado e que o pode provar. Depois diz que “a Câmara Municipal de Valença desde há

muitos anos tem celebrado com a Sociedade Social e Recreativa Segadanense, IPSS, atos e contratos que revelam por si só que a Câmara Municipal de Valença tem conhecimento total de tudo o que respeita a esta sociedade, quase como se fosse uma barriga de aluguer.” Em relação a isto disse ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre que se a câmara municipal é barriga de aluguer, tem sido com todos os partidos, porque aquela casa já existe há muitos anos e o senhor Presidente pode confirmar que talvez tivesse sido das primeiras associações a disponibilizar todas as instalações com esta situação da pandemia. Confirmou, que ao contrário do que é dito, houve Assembleia Geral. É referido, ainda que aquele edifício foi sendo construído pelo Município, de forma atabalhoada e atrapalhada. Aquele edifício, disse, foi construído pelas mãos dos sócios.

**Presidente da Câmara Municipal:** Em resposta ao membro Cláudia Labrujó confirmou que vai haver menos receita, isso já aconteceu em 2020 e, provavelmente, isso irá, também acontecer nos próximos anos e, por isso, há necessidade de se ser comedido. Para terem uma ideia mais clara daquilo que se deixou de cobrar, em termos de receita camarária, disse, deixou de se cobrar: taxas da feira, nos meses de março abril e maio, novembro e dezembro, das taxas dos parques de estacionamento, as taxas da piscina, do pavilhão, das esplanadas, as isenções dos aumentos de áreas das esplanadas, as taxas de ombreiras e padieiras, as taxas de publicidade, nos meses de março, abril e maio de todas as taxas fixas de consumo de água e saneamento aos comerciantes, a isenção das rendas das casamatas, das lojas do mercado, do quiosque do cemitérios e ainda a isenção de 50% do valor das rendas dos bairros sociais. Entre outras, estas foram as que mais abalaram, em termos financeiros, as receitas da Câmara. Mas, além da ausência destas receitas a houve diversos gastos que contribuíram para o desequilíbrio das contas, dando como exemplo a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, os chamados EPI's, para o Centro de Saúde, para a Santa Casa da Misericórdia, Cruz Vermelha, os Bombeiros, a GNR, o SEF e os Sapadores. Tudo isso foram equipamentos que a Câmara adquiriu e que acabou por doar a essas instituições, já para não falar no apoio mais direto, como no caso, da aquisição de computadores, mesas e cadeiras para aumentar a capacidade das salas de aula, as refeições, os géneros alimentícios que foram doados às famílias com maior vulnerabilidade económica. Mais o álcool-gel, as máscaras, a desinfeção de ruas. Em resposta à pergunta sobre quem tinha feito a desinfeção das ruas, respondeu que foram os funcionários camarários e os sapadores florestais. Como sabem são 50% da equipa dos sapadores florestais é do Município e os outros 50% são de outra instituição, embora os equipamentos sejam do Município. Depois, acrescentou que foi contratada uma empresa para fazer a desinfeção permitindo um intervalo de segurança de 15 dias aos trabalhadores do município. Mas, para além das ruas, fez-se a desinfeção do interior do Centro de Saúde, dos parques de estacionamento das grandes superfícies comerciais, das caixas multibanco. Todos os locais de maior afluência de público foram, são e continuarão a ser desinfectados pelo pessoal do Município. O orçamento é um documento orientativo das regras com que se vai governar o Município no próximo ano. Regras essas, que não estão todas claramente definidas, muitas delas, pelos motivos que já foram apontámos, não sabemos até que ponto a situação se vai manter ou agravar no próximo ano. Há um ano atrás quando se debatia, aqui, o Orçamento para 2020, longe estava a ideia de pensar que logo em março, se estaria a braços com uma pandemia, em que a Câmara teria de ser a primeira a intervir no campo de batalha. Assim o fez, à semelhança de todos os outros Municípios deste país e que até à data eu ainda não

vi da parte do Governo qualquer apoio. Está convencido que uma parte da bazuca, uma parte muito pequenina, vai chegar aos Municípios, mas a maior parte, vai para o Novo Banco, para a TAP, para outros buracos e possivelmente para os bancos que serão as próximas instituições a deitar mão, porque, como se sabe, as pessoas e as empresas que recorreram a apoio bancário fizeram-no, porque o Governo garantiu 90% de financiamento. Há muito desse financiamento, que foi atribuído pelos bancos, que não vai ter retorno e quem vai pagar é o Estado porque foi o fiador. O orçamento do Município seria muito mais bonito, se apresentasse um orçamento de 25.000.000,00€, um orçamento avantajado, que com engenharia financeira seria possível, era arranjar receita através de um possível financiamento, ou possíveis candidaturas que estarão em curso, e empolaria o orçamento e apresentaria um orçamento muito superior àquele que está a apresentar. Mas a primeira diretriz que transmitiu aos serviços de Contabilidade foi a de ser um orçamento equilibrado. Aproveitou para deixar o seu reconhecimento público, não só à equipa de Contabilidade que elaborou o documento, mas a todas as outras pessoas, todos os outros colaboradores do Município que, atempadamente, fora de horas e para que os documentos chegassem a tempo e horas, quer à reunião de Câmara, quer à Assembleia Municipal, desembolsaram o tempo deles, abdicaram do tempo privado deles para que esses documentos estivessem prontos e preparados. A todos eles que intervieram neste processo, em nome do Município, muito obrigado. Depois para dizer que quando reuniu com os líderes da oposição, aquando da elaboração do Orçamento, apenas duas frases foram referidas, uma era a que o orçamento deveria ter mais apoios sociais e outra é que as verbas para as Freguesias deviam ser maiores. Quanto aos apoios sociais referiu, a título de exemplo, que as bolsas de estudo tiveram um aumento de 50%. Quanto às verbas para as freguesias, disse, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre que se há freguesia que não se pode queixar é São Pedro da Torre. Desde o apoio ao Centro Social, ao apoio ao Torreense, para relvar o campo sintético, à isenção das taxas do lixo aos habitantes de São Pedro da Torre que multiplicado pelo número de fogos existentes dá uma verba considerável. O Parque Desportivo que custou 285.000,00€, o pontão de embarcações que custou 120.000,00€, isto para além das transferências protocoladas que estão no orçamento. Referiu que há um ano estavam a debater um aumento de 10% ao protocolo para as Freguesias. Foi a primeira vez que a Câmara aumentou, de uma só vez, o protocolo para as Freguesias em 10%. Gostaria, neste momento, de dar, às Freguesias, mais 10% ou mais 20%, mas que não pode endividar o futuro dos valencianos e do Concelho. E para que isso não aconteça tem que ser comedido. Só assim se conseguirá chegar ao fim do ano com um orçamento exequível. E podem dizer que o orçamento atinge uma percentagem maior de execução por ser comedido, que assim é, porque deu orientações no sentido de começarem o orçamento pela receita e, em função da receita é que se elaboraria a despesa.

Na Ação Social também muito a Câmara tem feito para apoiar as pessoas mais necessitadas. Aliás, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre, é um dos presidentes de Junta que mais recorre à Ação Social da Câmara e que até à data, nunca ficou com nenhum problema sem resolver. Portanto, a Ação Social funciona. Disse ainda que o pelouro é da Dra. Elisabete Domingues, e que até esta data, geriu e vai continuar a gerir, porque tem características para tal, e que ela que não tem gasto dinheiro na Ação Social, ela tem investido dinheiro na Ação Social. Ela tem investido dinheiro na qualidade de vida das famílias. Há, por exemplo um reforço no orçamento da Cáritas, o Município atribui por ano uma ver-

ba de 7.000,00€ para poderem, pontualmente, neutralizar problemas chave em algumas famílias. No corrente ano houve necessidade de reforçar essa verba, com uma verba suplementar de mais 3.000,00€ porque foram muitas as situações a que tiveram que apoiar. E sabemos que essa verba é gerida milimetricamente. Os Presidentes da Junta tiveram um papel muito importante aquando do surgimento desta pandemia, foram os primeiros a chegar a casa das pessoas e em reportar ao Município, aos vereadores, à ação social, os problemas pelos quais as pessoas da freguesia estavam a passar. Disse ainda ao senhor Presidente da Junta de São Pedro da Torre que todas as freguesias aderiram ao programa CLDS, com exceção da de S. Pedro da Torre, e por isso, a impressão que tem é a de que ou senhor está apoiar mal os seus fregueses, ou a sua Freguesia é muito rica. Respondendo ao membro Inês Ferreira disse quanto à capela mortuária de Valença, se houver capacidade financeira para a executar, o farão. Já não é a primeira vez que diz, nesta Assembleia, que sempre que houver obras, sempre que houver candidaturas e se não houver disponibilidade de tesouraria para ir a essas candidaturas, não hesitará em trazer a esta Assembleia qualquer pedido de empréstimo bancário para fazer face a essas candidaturas. Não será por falta de previsão que o Município não irá concorrer às candidaturas que se apresentarem. Disse ainda que a requalificação do campo da feira está em fase de concurso e que será tudo requalificado, toda aquela área será transformada no próximo ano. O gabinete da Eurocidade já se encontra em funcionamento. Funciona num espaço na piscina municipal, dá apoio aos trabalhadores transfronteiriços, à população de Valença e Tui e trabalha em colaboração com Tui. Em relação à iluminação LED nas Freguesias, disse que a freguesia de S. Pedro da Torre, já tem algumas LED's, não é das que está pior. A estrada nacional desde São Pedro da Torre (Chamosinhos) até Friestas (portões do Crasto) foi a primeira fase de colocação de iluminação LED's. Na Nacional 101 e na Nacional 13. Entendeu-se que a requalificação das LED's nas Freguesias deveria começar pelas freguesias mais distantes do centro do Concelho, até porque o centro do Concelho já tem muitas lâmpadas LED e, assim, começou-se em Boivão, que está terminado, Gondomil e Sanfins também está terminado, Friestas está quase terminado. Depois passou-se à outra extremidade S. Julião e Silva que está terminada, assim como uma parte de Fontoura. Disse ainda, que no próximo ano tem indicação de que serão atribuídos ao Concelho de Valença mais 750 LED's para substituição e serão aplicadas na mesma ordem de ideias, sempre das Freguesias mais distantes para o centro do Conselho.

## SEGUNDA VOLTA

**Membro José Nogueira:** Começou por dizer, que achava de mau gosto agarra-se num filósofo do século IV/V e depois querer pôr rótulos a um santo, se é de esquerda, se é de direita. Até porque estamos num regime em que há separação Estado/Igreja. Depois quando se falou em luta, falou-se que luta é uma palavra simbólica da ideologia de esquerda e, sim, este Santo Padre, Sumo Pontífice, é, comparativamente aos anteriores, uma pessoa com ideias muito mais avançadas, aquilo que consideramos de esquerda.

De seguida disse para o Sr. Presidente da Câmara e o Dr. Paulo Esteves se entenderem porque, este último, a determinada altura disse que os juros eram despesa improdutivo e então pergunta-lhe: os juros são despesa improdutivo? Então e como é que tem capital? E senhor Presidente da Câmara como é que vai fazer empréstimos bancários para tudo o que haja abertura de candidatura? Entendam-se, porque aqui há uma contradição flagrante entre o que dizem. Depois, continuou, o senhor Presidente disse: “A oposição

não deu nenhuma ideia, apenas disseram duas coisas: queremos mais apoios sociais e mais verbas para a Freguesia.” O Sr. Francisco Romeu interveio aqui e disse "menos verbas para as Freguesias". Em relação a apoios sociais neste orçamento, perguntou se ultrapassam mais de 2%. Num orçamento de 19.000.000,00€ se tem mais de 2%. Quando uma Câmara vira as costas ao seu povo, à sua população, porque não as ajuda suficientemente, porque, conforme aqui já foi dito, espetáculos não há, outros eventos não há, pode perfeitamente apoiar as pessoas, no entanto a Câmara vive alheada da realidade, o orçamento não é realista. Este orçamento é de verba aberta. É o que vier, a Câmara atira-se. Em relação à obra do cemitério disse que essa obra já devia estar terminada desde o tempo do Dr. Mário Pedra. Parece que quem vem aqui do PSD traz as perguntas combinadas para o senhor Presidente dizer “sim senhora, eu vou fazer isso”.

**Membro António Dias:** Começou por dizer, que efetivamente tiveram uma reunião com o senhor Presidente da Câmara onde, de forma, informal foram falando sobre a situação que se vivia e aquilo que os inquietava, quer ele, quer a outra pessoa que estava presente em representação do respetivo partido político. E acha que foram esclarecedores na forma como expuseram as preocupações. Reafirmou que este é um orçamento que peca no apoio às famílias, como já foi aqui, também, reiterado e é um orçamento que reflete as opções políticas do Partido Social Democrata que aqui, o trouxe. E como representa as opções políticas do Partido Social Democrata que, claramente são distintas das do seu partido, a bancada do Partido Socialista vai votar contra, porque não satisfaz o pretendido nestas duas áreas como há pouco referiu. Respondendo ao Sr. Paulo Esteves, quando falou da questão do endividamento, disse que não se pode esquecer que já estão elencados um conjunto de empréstimos, prontos a serem capturados para incorporar assim que for necessário. Isso vai implicar despesa com juros. Na página 66 vem mais um sinal de alerta e está a referir-se, não apenas ao ano 2021, mas também aos seguintes, porque aquilo que se fizer agora tem implicações no futuro dentro de 3/4 anos. E através dos indicadores de dívida de médio e longo prazo em 2020, essa dívida deve situar-se na ordem dos – no final do corrente ano – 5.600.000,00€, o que é extremamente importante. E nos custos que isto vai ter também. E um outro sinal de alerta é o rácio da estrutura. Da estrutura que evidenciam uma muito menor capacidade para realizar investimentos estruturais no Concelho e que permitam dotá-lo de capacidade para enfrentar esse futuro, porque há uma maior dependência face ao exterior. Isso deve preocupar a todos, não só ao Partido Socialista mas também ao PSD e a todas as bancadas aqui presentes. Porque isso vai ter reflexos futuros. E citando, uma vez Santo Agostinho, disse que “a verdade é como um leão, você não precisa defendê-la, deixe-a à solta e ela se diferenciará e irá defender-se a si mesma.”

Depois há duas ou três notas que são importantes que crê que tenham sido meramente lapsos ou de transcrita, ou de sistema, porque o passivo corrente apenas ascende a 1.400.000,00€ quando em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 2.400.000,00€. É preciso perceber o que é que conduziu a esta redução. E no orçamento, também existem umas despesas correntes referenciadas na ordem dos 13.100.000,00€ e a demonstração de resultados provisional previa cerca de 12.000.000,00€. No orçamento da receita prevê receitas correntes de 13.8 e na demonstração de resultados 14.9. Há aqui alguma coisa que não estará a enquadrar-se bem, mas que presume que seja apenas uma questão de constituição de mapas, ou qualquer coisa assim do género. Reiterou, ainda, o seguinte: é fundamental que o Município tenha uma visão de

apoio às famílias, de apoio à promoção e apoio àquilo que é a atividade comercial. Todos querem mais uma estrada, mais um caminho, etc. Mas nos dias de hoje, se calhar é mais importante retirar uma parte dessa verba e direcioná-la para essas medidas. E, isso, seria uma atitude nobre, por parte do Executivo, atendendo às famílias em momentos tão difíceis como os que estamos a atravessar e que vamos atravessar, porque o problema ainda se vai agudizar mais ainda num futuro bem próximo. E todos têm que ter consciência que o importante, de facto, é estar próximo das nossas comunidades, estender-lhes a mão e apoiá-las naquilo que tanto precisam e que hoje dependem também daquilo que nós possamos fazer por eles.

**Membro Inês Ferreira:** Respondendo à intervenção do Sr. Dr. José Nogueira quando disse que estávamos em campanha eleitoral, eleitoralista é a medida da exceção que o Senhor Primeiro-Ministro adotou para o Natal e para a passagem de ano, porque ele afirmou, como disse há pouco, que só se houvesse um milagre é que não teríamos restrições nessa altura. Mas temos restrições. Portanto, eleitoralista está a ser o Governo, ainda por cima com uma situação grave que é a da pandemia. Relativamente ao facto de o valor protocolado com as freguesias ser igual ao da ano passado é de louvar, porque se o total do orçamento diminuiu e a Câmara mantém as mesmas verbas do ano passado, então as Freguesias têm é que estar contentes, porque poderia ter descido essa transferência para as Freguesias.

**Presidente da Câmara Municipal:** Em relação ao apoio às famílias, dizer, nesta Assembleia, que nunca houve tantas famílias apoiadas como neste contexto, que o Município está atento através da Ação Social e dos presidentes de Junta no apoio a todas as Freguesias. E os senhores presidentes de Junta sabem, perfeitamente, que isso acontece, todas as ações reportadas pelos senhores presidentes de Junta à Ação Social da Câmara ou à Vereação da Câmara são atendidas. Portanto, não entende quando se vem dizer, neste órgão, que a Câmara Municipal devia ajudar mais as famílias. No que diz respeito ao apoio social, referir que foi substancialmente reforçado, pois tal como disse no de início e repete, o orçamento é um documento orientativo. Por isso é que durante o ano há seis, sete, dez, as necessárias revisões, alterações orçamentais. Mas o mesmo acontece no Governo, e em todos os Municípios, porque há que reforçar verbas, há que tirar de umas para as outras. Perguntou se repararam na percentagem do orçamento que está em financiamento definido. É porque é um orçamento realista, não está em não definido. Poderia empolar o orçamento se colocasse no indefinido, por exemplo uns 5.000.000,00€ no financiamento indefinido e depois logo se veria. Mas não, a percentagem do financiamento definido neste orçamento é elevadíssima. É para cumprir. Tem um objetivo claro.

Quanto ao apoio às Freguesias, disse a Prof.<sup>a</sup> Inês e o Sr. António Dias que ficou aquém, mas depois vieram dizer que estava mais 1.000.000 e qualquer coisa na rede viária para as Freguesias. Está como sempre esteve. Houve sempre uma preocupação em definir uma verba de apoio à rede viária das Freguesias. Como sabem não há candidaturas para a rede viária. Nem vai haver. Portanto terá que ser despendida a 100% dos cofres da autarquia. E aí, sim, houve uma preocupação do Executivo em dotar essa rubrica de uma verba avultada para fazer face àquilo que poderá acontecer e que vai acontecer no próximo ano que é a requalificação viária. As estradas do Concelho, muitas delas, tem mais de 40 anos. Precisam de ser requalificadas. E, sabe que as Freguesias não têm posses para fazer essas obras, mas a Câmara sempre dis-



se: “Estamos presentes!” Se não é mais é menos, mas está sempre presente nessas requalificações. Quanto à dívida de 5.600.000,00€, realmente é preocupante. Mas se o Sr. António Dias, estivesse cá em 2009, dizia-lhe que realmente era preocupante, mas mais preocupante foi chegar aqui no dia 2 de novembro e quando se chegou aos dia 20 não haver dinheiro para pagar os vencimentos aos funcionários, nem os subsídios de Natal. Isso é que foi preocupante! Não são estes é estes 5.600.000,00€, que preocupam. Nessa altura para pagar os vencimentos aos funcionários tiveram que recorrer a um empréstimo de curto prazo à banca. Quando o Município estava no limite da capacidade de endividamento, mas recorreram à banca, obtiveram financiamento e pagaram a tempo e horas o vencimento dos funcionários. Assim como no corrente ano, numa altura de crise, no mês de novembro os funcionários municipais receberam antes uma semana que todos os Municípios do país. Foi naquela altura que se previa que estava a ser difícil aqui no nosso Concelho. A prever o pior resolveu-se pagar os vencimentos e os subsídios de férias uma semana antes do prazo que tinha que o fazer. Portanto isto não é estar atento às famílias? É que os funcionários também têm família. Os funcionários são como as outras pessoas. Merecem o nosso respeito. E, se trabalham, no final do mês têm que receber. O saldo de 1.400.000,00€ é, manifestamente, inferior ao do ano passado quando comparados com 2,4. Naturalmente que não reparou no prazo de pagamento do Município aos fornecedores. Neste momento o prazo de pagamento do Município aos fornecedores está na casa dos 31 ou 32 dias. Diminui-se o prazo de pagamento para que os fornecedores, que também têm dificuldades de tesouraria, recebam atempadamente para ser mais fácil fazer face aos seus saldos de tesouraria e não terem que recorrer à banca. Respondendo ao Sr. José António Nogueira, em termos de candidaturas, não é a primeira, segunda, terceira ou a quinta vez que vem a esta Assembleia um pedido de financiamento, não para fazer face a uma, mas a duas, ou a três, ou a quatro candidaturas ao mesmo tempo. Já se fez para fazer face, quer total, quer parcialmente, à exigência de tesouraria para recorrer a essas candidaturas e a última que veio a esta Assembleia, para aprovar, foi no mínimo para três ou para quatro obras. Esse financiamento ainda não está esgotado na sua totalidade.

A sessão da Assembleia foi interrompida às 16h45 e retomou às 16h55.

**Presidente da Assembleia Municipal:** Num universo de 28 (vinte e oito) membros, obteve-se o seguinte resultado:

### **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021**

Votos contra:	7 (sete)
Abstenções:	1 (uma)
Votos a favor:	20 (vinte)
Aprovado por	Aprovado por maioria

--	--

**BALANÇO**

Votos contra:	7 (sete)
Abstenções:	1 (uma)
Votos a favor:	20 (vinte)
Aprovado por	Aprovado por maioria

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA E DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA,**

Votos contra:	7 (sete)
Abstenções:	1 (uma)
Votos a favor	20 (vinte)
Aprovado por	Aprovado por maioria

**NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Votos contra:	0 (zero)
Abstenções:	1 (uma)
Votos a favor:	27 (vinte e sete)
Aprovado por	Aprovado por maioria

**MAPA DE PESSOAL**

Votos contra:	0 (zero)
Abstenções:	0 (zero)
Votos a favor:	28 (vinte e oito)
Aprovado por	Aprovado por unanimidade

Por último, foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei número 334/82 de 19 de Agosto

### PONTO III – REGIME DE INCENTIVOS PARA 2021

Antes de dar início à intervenção dos membros foi sugerido que o senhor Presidente da Câmara comesse por fazer uma introdução ao ponto em discussão.

**Presidente da Câmara Municipal:** No regime de incentivos para o ano de 2021, se tiverem em atenção a informação técnica do chefe de divisão Vítor Araújo, é claro logo na introdução ao dizer que, na sequência do regime de incentivos de 2020, considera-se necessário dar continuidade a este regime de incentivos. E os incentivos estão nos diversos setores, mas mais espelhados naquilo que diz respeito à construção. E no que diz respeito à construção, mais direcionado para a fixação das populações nas Freguesias do Concelho. Quanto mais distante for a Freguesia, maior é o incentivo, maior é a isenção da taxa de construção ou requalificação da habitação. Exemplificando, disse que, no lugar mais distante da sede do Concelho, que é Gondelim, na Freguesia de Cerdal, propõe-se uma redução, no incentivo de construção, na ordem dos 95%. Ao baixar-se para as Freguesias de Boivão, Gondomil, Sanfins, Fontoura, Taião, Silva e S. Julião, propõe-se uma redução de 75%, nas restantes Freguesias do Conselho 50% e dentro do centro histórico 100%. Isto traduz uma política que, desde há dois anos a esta parte, procura incentivar as famílias a fixarem-se nas Freguesias de origem, ou que dêem mais vida às Freguesias em detrimento da sede do Concelho e em detrimento das grandes construções em altura na sede no Concelho. Também se mantém este incentivo no que respeito ao acolhimento empresarial. Há uma redução de 50%. Assim como nos empreendimentos turísticos. Em relação à tabela de taxas e licenças, já foi decidido discutir os pontos em conjunto, a alteração tem a ver com a taxa a pagar no Centro Coordenado de Transportes, mais concretamente a taxa de ocupação mensal e que na ausência de um Regulamento específico para aquela área foi necessário criar um e após as diligências legais vem agora a esta Assembleia.

**Membro Cláudia Labrujó:** Relativamente ao regime de incentivos, ele destina-se, basicamente “para construção de habitação e implementação da população nas aldeias”. Irão votar favoravelmente. Contudo gostariam de saber qual vai ser o impacto financeiro que isto pode vir a ter, de futuro, nas contas da Câmara, por um lado e por outro lado, dizer que, de manhã, na votação da moção do PSD, absteve-se, devido às dúvidas, relativamente, ao acesso aos dados, e, por outro, lado, a até agora, a DGS ainda não veio dizer que os números estavam errados até àquela data. Foram corrigidos por algum motivo, mas não disseram que estava nem certo, nem errado. Depois foi apresentada, aqui hoje, uma proposta, de incentivo ao comércio tradicional, também foi entregue aos membros deste órgão, uma lembrança do Município – um bolo-rei e uma garrafa de vinho espumante. Porém, surpreende-se que só haja uma pastelaria em Valença do Minho. Quando há muitos mais negócios que estão a sofrer também neste momento por falta de vendas. Assim, disse continuar a defender que seria isento se o Município, desse liberdade, a cada pesso-

as, através de um vale, para que todos, membros e funcionários pudessem ajudar individualmente cada um dos comércios. E assim distribuía-se esta receita ao Município de forma mais correta e mais isenta.

**Membro Óscar Silva:** Para dizer que votarão favoravelmente o regime de incentivos para 2021, tal como o fizeram nos anos transatos, porque os objetivos preconizados justificam plenamente essa aprovação. Dizer que também, após o esclarecimento do senhor Presidente, votarão favoravelmente o ponto de alteração da tabela de taxas e licenças.

**Membro António Dias:** Dizer que, nesta sessão se tem falado muito do Governo e pena é que não esteja presente ninguém do Governo para se defender, porque normalmente quando se fala de alguém que não está presente não é de boa nota. Em segundo lugar dizer que repararam que na feitura do orçamento foi colocada verba prevista das transferências do Estado para 2021, mas ninguém falou nela. Ninguém falou que o Estado vai transferir mais 427.000,00€ para o Município. E impõe-se perguntar a razão de não terem falado. E quando, atrás, falou no reforço da verba foi no sentido de um bocadinho dessa verba ser, também, afeta às Freguesias.

**Presidente da Câmara Municipal:** Começou por dizer que estes incentivos são exatamente os mesmos que existem no ano de 2020. Quanto ao impacto que vão ter na receita do Município, como sabem, o orçamento é elaborado tendo por base a média da receita da despesa de cada uma as rubricas dos dois últimos anos. Portanto o impacto, se tudo se mantiver como em 2020 e 2019, não vai ser nenhum. Portanto vamos seguir na mesma linha de água em relação aos anos anteriores.

**Presidente da Assembleia Municipal:** Num universo de **26 (vinte e seis)** Membros, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação: \_\_\_\_\_

Votos contra:	0 (zero)
Abstenções:	0 (zero)
Votos a favor:	26 (vinte e seis)
Aprovado por	Aprovado por unanimidade

**Presidente da Assembleia Municipal:** Eu enganei-me. Está certo. OK. Peço desculpa. Terceiro ponto da Ordem do Dia: regime de incentivos para o ano 2021. Agradeço a atenção dos meus colaboradores da Aprovado então por unanimidade.

#### PONTO IV – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS

Num universo de **26 (vinte e seis)** Membros, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação: \_\_\_\_\_

Votos contra:	0 (zero)
Abstenções:	0 (zero)
Votos a favor:	26 (vinte e seis)
Aprovado por	Aprovado por unanimidade

## PONTO V – DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – NÃO ACEITAÇÃO PARA 2021 – AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

**Presidente da Câmara Municipal:** Explicou que o que vem à Assembleia Municipal é a não-aceitação de duas competências: uma na área da Ação Social e a outra na área da Saúde para o ano de 2021. O que estava previsto antes era que, no ano de 2021, fossem, automaticamente, transferidas para os Municípios as competências que não foram aceites até 2020. Porém, através do Decreto-Lei n.º 55/2020 e 56/2020 o Governo entendeu prorrogar este prazo até 2022 e, nessa altura, sim, serão transferidos automaticamente para os Municípios. E o que se propõe é a não-aceitação destas duas competências. O Município teve uma má experiência, aquando da transferência das competências da Educação. Das pessoas necessárias para as escolas, fruto da exigência cada vez mais e também por parte da carga e da situação que estamos a atravessar, neste momento, há, nas escolas do Concelho, cerca de 150 funcionários. Dessa totalidade, 108 ou 109 são pagas pelo Ministério da Educação e os restantes são pagos pelos cofres do Município. Na área da ação social pretendem transferir para os municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública. No que diz respeito à Saúde, pretendem transferir para os municípios a competência de gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS, assim como se prevê o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os municípios e o SNS relativa aos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. Referiu que, os encargos com as instalações do Centro de Saúde, em parte, já é o Município que assegura a realização de obras. Mas, ainda não foi dito, qual o montante do envelope financeiro que acompanha essas transferências. Porque só sabendo qual o montan-

te das verbas é que os Municípios podem decidir. É certo que em 2022 não vamos ter a possibilidade de aceitar ou não, mas depois se verá a forma de agir perante essas competências impostas.

Ninguém se inscreveu para intervir.

Num universo de **27 (vinte e sete) Membros**, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação: \_\_\_\_\_

### **AÇÃO SOCIAL**

Votos contra:	0 (zero)
Abstenções:	0 (zero)
Votos a favor:	27 (vinte e sete)
Aprovado por	Aprovado por unanimidade

### **SAÚDE**

Votos contra:	0 (zero)
Abstenções:	0 (zero)
Votos a favor:	27 (vinte e sete)
Aprovado por	Aprovado por unanimidade

## **PONTO VI – CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E A JUNTA DE FREGUESIA DE FONTOURA**

A pedido do Sr. Presidente da Câmara este ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

Num universo de **27 (vinte e sete) Membros**, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação, foi aprovado por **unanimidade**, retirar o presente ponto a solicitação do Sr. Presidente da Câmara, com o compromisso de vir, novamente, na próxima sessão do órgão deliberativo. \_\_

## **PONTO VII – REGULAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES**

**Membro José Nogueira:** Relativamente ao Regulamento do Centro Coordenador de Transportes, verifica que foi submetido a consulta pública. De certeza que 99,9% das pessoas que aqui estão nem sequer sabiam que foi submetido a consulta pública. Já foi pedido quando houvesse regulamentos, principalmente com eficácia externa, que dessem essa nota à Assembleia. A Câmara Municipal não quer a participação deste órgão. De seguida deixou umas breves notas. “Duração máxima da paragem de veículos no cais para embarque e desembarque de passageiros, carga ou descarga de mercadorias, será de 20 minutos.” Julgava que não haveria assim tantos veículos no Centro Coordenador de Transportes. Acha que 20 minutos podem revelar-se manifestamente insuficiente, mais a mais agora em tempos de pandemia. Depois no artigo 14, n.º5. “Os veículos que se encontrem parados, ou a aguardar a entrada de passageiros no cais de embarque, não poderão abastecer-se de quaisquer combustíveis ou lubrificante.” Se um camião eventualmente tiver perdido óleo e tiverem que meter o óleo, vão empurrar o camião, vão chamar o reboque? É evidente que o combustível arde. Que saiba o óleo muito dificilmente arderá. Avaria de veículos artigo 15.º. “Qualquer veículo avariado deverá ser imediatamente retirado do cais onde se encontra imobilizado”. Como pergunta, ao empurrão? porque gruas para camiões não há aqui do pé para a mão. Nem ali na esquina. Portanto, o “imediatamente” também poderia ser substituído “em tempo útil”. Artigo 23.º. Diz “As dúvidas e omissões que decorram da aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela entidade responsável.” Entidade responsável essa que é nomeada pelo Presidente da Câmara. Entidade responsável essa que poderá até nem sequer ser um vereador, tanto quanto saber. Então um simples – e simples não é pejorativo – funcionário vai resolver uma questão destas? A sério? E já agora não há recurso desta decisão? Primeiro não se diz que há recurso, depois nem se diz se há recurso hierárquico, facultativo ou necessário. Portanto, estes seriam os aportes que poderia ter dado, se tivesse tido esta oportunidade. Apesar de tudo acham que deve haver um Regulamento para o Centro Coordenador de Transportes. Apesar de tudo já se pagou a publicação no Diário da República. Apesar de tudo, sabe que depois nunca mais ninguém vai ligar a isto, por isso votarão favoravelmente.

**Membro Cláudia Moreira:** Para dar nota que nas últimas três assembleias municipais fez quatro interpelações ao senhor Presidente de Câmara e o senhor Presidente de Câmara nessas quatro interpelações ignorou-as com sucesso. Respondeu a todos os outros oradores e ignorou as da interveniente. Isso voltou a acontecer nesta Assembleia. Mas disse que também está aqui, tal como o senhor Presidente e todos, eleita por população valenciana. Em minoria, é certo, daqueles que elegeram este Executivo, mas não por isso deixam de ser valencianos e deixam de merecer resposta às questões. Portanto quando o senhor Presidente a ignora, não ignora Cláudia Moreira em pessoa particular, ignora todos os valencianos que votaram no Partido Socialista e que os elegeram para estar aqui hoje e em todas as outras assembleias e levantar as perguntas que entenderem pertinentes.

**Membro Vasco Severino:** Para dizer que o Centro Coordenador de Transportes de Valença entrou em funcionamento em 1998. Volvidos estes anos importa aprovar este novo Regulamento. Importa dizer que o mesmo esteve em consulta pública onde não foram apresentadas quaisquer sugestões. O grupo parlamentar do PSD vai votar favoravelmente a aprovação deste Regulamento devido à importância que o mesmo traz para a cidade de Valença.

**Presidente da Câmara Municipal:** Em relação ao Sr. José António Nogueira quero dizer-lhe que há um CPA sempre para resolver estes problemas que dizem respeito aos regulamentos, mas também acima de tudo quero-lhe dizer aqui no artigo 23.º há uma entidade responsável e essa entidade responsável tem sempre um vereador com esse pelouro alocado para resolver esses problemas. No que diz respeito às outras questões que aqui levantou, acha que foi só por levantar. Até porque todos sabemos que se um veículo ficar sem gasolina na estrada, ou na autoestrada, alguém tem que o abastecer. E também é proibido abastecer em plena autoestrada, não é? No que diz respeito à imobilização por avaria do veículo, não estão proibidos de avariar onde quer que seja, muitas das vezes não depende nem do motorista, nem das pessoas. Tomaram eles que os veículos nunca avariassem. Portanto será o tempo necessário e razoável, ou mais rápido, para retirar daquele espaço para fora. O tempo de 20 minutos para embarque e desembarque de pessoas de um autocarro, é tempo mais que suficiente. No entanto, nem na Assembleia Municipal com tempos estritamente regulamentados no Regimento, aqui tão discutido, esses tempos são respeitados, haverá sempre alguma tolerância. Mas, no normal, 20 minutos são mais do que suficientes. Depois dizer à D. Cláudia Moreira que não deixou de responder às perguntas. Por vezes responde a vários oradores ao mesmo tempo. E no caso concreto, da sua última intervenção, disse que aumentámos 50% nas bolsas, no auxílio aos alunos do Ensino Superior. E também lhe respondeu que o orçamento tem por base o valor das rubricas dos dois últimos anos. Foi uma das coisas que perguntou. Portanto, ao responder, responde no âmbito geral, porque não vai responder pergunta a pergunta a cada orador, porque senão não chegaria o triplo do tempo para responder a todas as pessoas nas suas intervenções.

**Membro José Nogueira:** Dizer que não quer discutir Direito com o senhor Presidente da Câmara, mas já no artigo 14 quando eu falei no “imediatamente”, há uma regra, uma coisa básica, que é cláusulas gerais ou cláusulas indeterminadas não podem fazer parte de um texto legal. Ora, “imediatamente”, é uma cláusula vaga, genérica. Depois, repete quem é a entidade responsável? Se formos aqui ao artigo 1.º, “A entidade responsável das instalações do CCT serão geridas e da total responsabilidade da Câmara Municipal de Valença, designada neste Regulamento como entidade responsável.” Sim. E agora diz assim no artigo 22.º: “A entidade responsável pode delegar no vereador com o pelouro para os poderes conferidos para o presente Regulamento.” E depois diz: “As dúvidas e omissões que decorram do presente Regulamento serão resolvidas pela entidade responsável.” Está uma confusão. Delega no vereador, o vereador seria o responsável último pelo serviço, seria a entidade para quem se recorreria, mas quando se recorre, recorre-se para uma entidade diferente daquela que faz aplicar o Regulamento. Só para explicar que isto podia ser suprido se tivesse facultado antes o regulamento. E para evitar estas confusões. Acredita que este Regulamento não irá ter grande problemática na aplicação prática, mas a nível de escrita, quando alguém copia alguma coisa, deve copiar bem. Não pode pôr conceitos indeterminados. Há leis portuguesas que proibem isto.

Num universo de **26 (vinte e seis) Membros**, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação: \_\_\_\_\_

Votos contra:	0 (zero)
---------------	----------



Abstenções:	0 (zero)
Votos a favor:	26 (vinte e seis)
Aprovado por	Aprovado por unanimidade

Terminada a sessão, e como é a última sessão do ano de 2020, o Presidente da Assembleia Municipal, propôs que cada um dos líderes dos grupos municipais usasse um minuto para se dirigir aos membros da Assembleia para dizer o que acharem conveniente sobre a época natalícia que se aproxima.

**Cláudia Labrujó:** Desejar a todos, saúde e que se protejam. Aproveitem as vossas famílias o máximo que puderem e cada minuto que puderem para estar com os familiares, porque nunca sabemos qual será o último minuto, o último segundo. Que tenham uma excelente noite de consoada, um excelente dia de Natal, uma excelente passagem de ano, que vai ser também diferente, provavelmente, de todas as outras e que o ano de 2021 seja um renascer para uma vida nova e que Deus nosso Senhor, nos proteja a todos e às nossas famílias também. Bom ano.

**Francisco Romeu:** Desejar um bom Natal a todos e que se lembrem de uma coisa nesta época festiva: independentemente das prendas que queiram dar, a melhor prenda é estarmos em família, todos juntos. Esqueçam as coisas materiais. É termos a presença de nós mesmos em cada uma das casas. Bom natal e bom ano a todos.

**José Nogueira:** Desejar a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo cheio de saúde.

**Inês Ferreira:** Natal significa nascimento. E o nascimento traz consigo a esperança. Deseja a cada um a esperança num 2021 com saúde e com todos estes problemas, relativos à pandemia, resolvidos e deseja e pede que a melhor prenda de Natal que podemos dar aos nossos familiares é cumprir aquilo que o Dr. Álvaro hoje de manhã dizia, termos o máximo de proteção connosco para podermos proteger os outros e assim o Natal fará sentido.

**Presidente da Câmara Municipal:** Nunca a saúde foi tão desejada como este ano e os próximos que aí vêm pela frente. Em nome pessoal e em nome do Município, em nome de todo o Executivo, um muito obrigado a todos os elementos da Assembleia Municipal pela magnífica colaboração que têm prestado com o Executivo ao longo do ano de 2020 e espera que esse desígnio se venha a manter e não tendo dúvidas de que se manterá e até engrandecerá no próximo ano 2021. A todos um grande abraço, saúde, sorte, felicidade, porque o restante, o que é material, virá por acréscimo. Um ótimo 2021 para todos vós.

**Presidente da Assembleia Municipal:** Estamos a terminar o ano de 2020. Como sabem, com momentos pessoais bastante difíceis. Mas queria agradecer a colaboração de todos durante este ano. Certamente tiveram momentos mais tensos e outros mais distendidos. Certamente passámos por dificuldades na nossa família, mas juntamos as nossas vozes, as nossas vontades, para levar por diante o desenvolvimento do

nosso Concelho. Cada um com a sua opinião, cada um com o seu sentido de voto. Agradecer também aos funcionários do Município que colaboraram com os trabalhos da Assembleia Municipal, eles próprios também com dificuldades pessoais. Agradecer àqueles que colaboraram connosco na higienização e na organização deste espaço e nesta nova forma de fazermos as assembleias. Agradecer a todos a colaboração que fizeram com que os trabalhos fossem decorrendo dentro daquela normalidade que era possível. Desejar um feliz Natal com as vossas famílias. E um grande 2021. Um grande abraço a todos.

**Presidente da Assembleia Municipal:** Dizer que a agenda de trabalhos está terminada. \_\_\_\_\_

Com esta contextualização o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 26 (vinte e seis) Membros aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram dezoito horas. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Chefe da Divisão Administrativa Geral que a redigiu. \_\_\_\_\_

<p><b>Apoio à Assembleia Municipal</b> O _____</p>	<p><b>Assembleia Municipal de Valença</b> O <b>Presidente</b>,</p>
<p>_____</p>	<p>_____</p>
<p>Paula Mateus</p>	<p>Alberto Luís de Oliveira Vilas</p>